

VOLUME 1



Agentes de EDUCAÇÃO Popular em SAÚDE

CADERNO DE FORMAÇÃO

IDENTIDADE, TERRITÓRIOS DE
CUIDADO E RESISTÊNCIA



MINISTÉRIO DA
SAÚDE





VOLUME 1

IDENTIDADE, TERRITÓRIOS DE CUIDADO E RESISTÊNCIA

2ª edição

Brasília, 2026





Agentes de EDUCAÇÃO Popular em SAÚDE



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Expediente

Ministério da Saúde (MS)
Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES)
Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS)

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Geraldo Alckmin

Vice-Presidente da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro da Saúde

Adriano Massuda

Secretário-Executivo do Ministério da Saúde

Felipe Proença De Oliveira

Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

André Longo Araújo de Melo

Diretor-Presidente da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS

Luciana Maciel de Almeida Lopes

Diretora de Atenção Integral à Saúde da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS

Williames Pimentel de Oliveira

Diretor de Operações da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS

Láise Rezende de Andrade

Gestora Executiva da Unidade de Ensino e Pesquisa da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS

Mônica Diniz Durães

Gestora de Projetos do Núcleo AgPopSUS da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS

O **Caderno de Formação - Volume 1** é um dos resultados do Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS). Esta edição marca a transição da execução técnica e administrativa da **Fiocruz Brasília** (responsável pelo Volume 1 e 2 e desenvolvimento inicial) para a **Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS)**, sob coordenação do Ministério da Saúde.



COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Carolina de Toledo Braga
Laila Talita da Conceição Costa
Larissa Leite Batista
Maria Eulina Marques de Sousa
Paulette Cavalcanti de Albuquerque
Thays Santos Carvalho

CURADORIA E ORGANIZAÇÃO:

Carolina de Toledo Braga
Helena Maria Scherlowski Leal David
Laila Talita da Conceição Costa
Maria Auxiliadora Córdova Christófarro
Paulette Cavalcanti de Albuquerque
Renata Pekelman
Thays Santos Carvalho

COLABORAÇÃO TÉCNICA:

Alisson Sampaio Lisboa
Ana Lúcia Sousa Pinto
David Samuel Martini Martins
Laila Talita da Conceição Costa
Mariana Abreu Almeida
Sérgio de Souza Cruz
Simone Mattos
Suzany Ludimila Gadelha e Silva
Thays Santos Carvalho

AUTORIA:

Alessandra Maria da Conceição
Alexandre Pessoa Dias
David Samuel Martins
Dayane Stefany dos Santos
Edilene de Menezes Pereira
Felipe Bagatoli Silveira Arjona
Helena Maria Scherlowski Leal David
Iara Duarte Lins
Joseleide Lins da Silva
Laila Talita da Conceição Costa
Laíse Rezende de Andrade
Maria Rocineide Ferreira da Silva
Maurício Monken
Mônica Diniz Durães
Osvaldo Peralta Bonetti
Paulette Cavalcanti de Albuquerque
Paulo Cerioli
Swedenberger do Nascimento Barbosa
Thays Santos Carvalho
Vanderléia Laodete Pulga
Vera Lúcia de Azevedo Dantas

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO

Camila Tenório Ferreira
Elisa Maiby Carvalho Augusto
Sara Soares Costa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

DeLourenco (Tiago Lourenço Soares Araújo)

Ficha Catalográfica

A265 Agentes de educação popular em saúde: caderno de formação: identidade, territórios de cuidado e resistência / Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS); coordenação Ministério da Saúde. 2. ed. rev. ampl. – Brasília-DF: AgSUS, 2026. v. 1

135 p : il.

ISBN 978-65-975657-0-2

Direitos autorais do v. 1 do “Caderno de Formação AgPopSUS: contribuindo com a construção do SUS e do direito à saúde”, cedidos pela Fiocruz ao Ministério da Saúde e a AgSUS, mediante Termo de Cessão de Direitos Autorais e Patrimoniais.

1. Educação Popular em Saúde. 2. Formação em Saúde. 3. Política de Saúde. 4. Sistema Único de Saúde. I. Título.

CDU 37:614





“Esta publicação foi realizada pela Fundação Oswaldo Cruz. O conteúdo da publicação é um dos resultados do Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS), e é responsabilidade exclusiva dos autores e não representa necessariamente a posição da Fiocruz.”

Nota de transição institucional: Este Caderno de Formação - Volume 1 foi originalmente elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Brasília) em parceria com movimentos sociais populares. Sua reorganização e execução atual integram o cronograma do Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS), agora sob a responsabilidade executiva da AGSUS.





SUMÁRIO

10 PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

12 APRESENTAÇÃO DA AGSUS

14 PRÓLOGO

16 INTRODUÇÃO

MARCO REFERENCIAL E METODOLÓGICO

20 Surgimento dos Agentes Populares

24 Reafirmando a potência do referencial da educação popular em saúde no desenvolvimento do AgPopSUS

32 Princípios Éticos e Pedagógicos da Atuação do(a) Agente Popular

37 Como Organizamos o Curso?

41 O que é Mística?

43 Sobre a Sistematização

49 Solidariedade Ativa

52 A Ciranda Infantil e o Aprender Brincando

56 EIXO I - EDUCAÇÃO POPULAR E O QUE É SER AGENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

56

1.1 Roteiro Metodológico

67

1.2 O(a) Agente como educador(a) popular

67

1.1.1 Quem é o(a) agente popular

69

1.1.2 Educação é Formação Humana

70

1.1.3 O que entendemos por educação popular

78

EIXO II - A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

79

2.1 Roteiro Metodológico

89

2.2 A formação do povo brasileiro

90

2.1.1 A formação do povo brasileiro e a colonização do Brasil

91

2.1.2 Capitalismo, racismo e patriarcado no Brasil

91

2.1.2.1 Cinco dados sobre o abismo racial na sociedade brasileira

92

2.1.2.2 O patriarcado e a desigualdade de gênero

94

2.1.2.3 Cinco dados sobre desigualdade de gênero no Brasil

95

2.1.3 Tem saída? Construir um projeto democrático e popular para o Brasil

104

EIXO III - TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO, AMBIENTE E VIGILÂNCIA

105

3.1 Roteiro Metodológico

115

3.2 Vigilância como ferramenta para transformação social

118

3.3 Saúde, ambiente e trabalho: nos caminhos da pedagogia dos territórios

122

3.4 Território, participação e comunicação popular em saúde

126

LISTA DE SIGLAS

134

REFERÊNCIAS

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

O Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AGPOPSUS) nasce do compromisso de fortalecer o protagonismo popular na construção de territórios mais justos, saudáveis e sustentáveis, considerando o protagonismo da sociedade civil no contexto da pandemia de COVID-19 e as reivindicações da 17ª Conferência Nacional de Saúde por reconhecimento dessas experiências de educação popular no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS).

O AGPOPSUS entra agora no seu segundo ciclo de formação, devendo chegar à oferta de 20 mil vagas até o final de 2026. Trata-se da continuidade da formação de lideranças populares para o trabalho comunitário, convocando os agentes de educação popular a desenvolverem múltiplas ferramentas e metodologias de organização, capazes de dialogar com as diferentes realidades vividas, em vista da promoção da saúde e defesa do SUS.

A concepção ampliada de saúde, que orienta este processo formativo, reconhece que viver com saúde implica o acesso a direitos fundamentais como alimentação adequada, moradia digna, trabalho, renda, terra, educação e condições ambientais saudáveis. Além disso, destaca-se a importância do trabalho conjunto com os serviços de saúde, especialmente com as Agentes e os Agentes Comunitários de Saúde e com as equipes de saúde da família nos territórios.

Os cadernos pedagógicos 1 e 2 reafirmam os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) e da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), estando estruturados em sete eixos temáticos que orientam a jornada pedagógica dos participantes.

O primeiro eixo foca na identidade do(a) agente como educador(a) popular, considerando seus princípios éticos e pedagógicos em vista da transformação social. O segundo eixo aborda a formação do povo brasileiro, considerando as diversidades de raça, etnia e gênero historicamente situadas. No terceiro eixo, o foco recai sobre a relação entre território, ambiente e saúde, utilizando a comunicação popular para desenvolver um olhar crítico sobre a realidade. O quarto eixo discute saúde, o SUS e as práticas populares de cuidado, promovendo o diálogo entre o saber científico e os conhecimentos tradicionais. Já o quinto eixo trata da soberania alimentar e do combate à fome, reafirmando que a saúde é indissociável de uma alimentação digna e adequada. O sexto eixo, de caráter adaptável, contempla lutas e identidades diversas, abrangendo temas como saúde mental, juventudes, populações do campo, das águas e

das florestas, além do enfrentamento ao racismo ambiental e às mudanças climáticas. Por fim, o sétimo eixo organiza o encerramento do curso com a elaboração de um plano de ação e estratégias de construção em rede, visando a continuidade dos trabalhos no território e o fortalecimento do controle social.

Como uma inovação desta edição, o programa introduz ainda o caderno 3, para utilização de forma transversal a todos os eixos anteriores. Este volume inédito foca na sistematização de práticas, oferecendo ferramentas teóricas e metodológicas para que educadores e educandos possam registrar, refletir criticamente e compartilhar suas experiências territoriais.

Por fim, reafirma-se o compromisso do Ministério da Saúde com a defesa do SUS e com o fortalecimento do protagonismo popular na promoção da saúde e da vida. É no cotidiano dos lares, das comunidades e dos territórios que se constrói, de forma coletiva, um projeto de sociedade mais justo, solidário e saudável.

FELIPE PROENÇO DE OLIVEIRA

Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

APRESENTAÇÃO DA AGSUS

É com grande entusiasmo que apresentamos os cadernos pedagógicos do Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS). Para nós, da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS), este Programa é mais uma oportunidade de materialização do nosso compromisso com a saúde junto ao povo brasileiro.

A AgSUS nasceu com a missão de Apoiar o Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da execução de soluções inovadoras para o fortalecimento da saúde pública brasileira, especialmente nas áreas de Atenção à Saúde Indígena, da Atenção Primária e da Atenção Especializada à Saúde, garantindo que o cuidado chegue de forma eficiente e humanizada a cada território deste país.

É de competência da AgSUS um atendimento qualificado, com ênfase nas localidades onde há vazios assistenciais, com dificuldade de prover profissionais de saúde. A Agência também tem foco na incorporação de tecnologias assistenciais, de gestão e no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, por meio da integração entre o ensino e o serviço. Nenhuma dessas ações é possível, sem vislumbrar a importância da adequada formação profissional, a qualificação da assistência e a melhoria do acesso aos usuários e usuárias do SUS, tudo isso com o intuito claro de fortalecer a relação da comunidade com o Sistema Único de Saúde e como ela vivencia o serviço.

Neste cenário, entendemos que a eficiência das nossas ações se faz com acompanhamento e monitoramento contínuos. Ela se constrói, sobretudo, com presença, escuta e diálogo. É exatamente aqui que o AgPopSUS se torna o elo pulsante da nossa estratégia, oxigenando as estruturas da Agência e do SUS com os princípios da equidade e da participação social. Fortalecer o protagonismo popular é garantir que o SUS seja defendido e aprimorado por quem o vivencia no dia a dia.

Ao formarmos lideranças comunitárias sob a ótica da Educação Popular em Saúde, em parceria com os movimentos sociais, qualificamos a porta de entrada do SUS. Um sistema que entende a cultura e as especificidades de seu território é um sistema que resolve problemas com mais precisão.

Este material que você tem em mãos é um convite para mergulhar nessa jornada de aprendizado compartilhado. Na AgSUS, acreditamos que a Atenção Integral só é possível quando unimos o rigor técnico da gestão à sabedoria popular.

Ao percorrermos as páginas deste caderno, reafirmamos o papel da AgSUS como parceira estratégica dos movimentos sociais que estão nos territórios fortalecendo a participação social na saúde. Estamos aqui para apoiar, para gerir, mas, acima de tudo, para aprender juntos a fazer um SUS cada vez mais democrático, diverso e humano. Sigamos em frente, com a força da nossa gente e a solidez da nossa gestão.

DIRETORIA EXECUTIVA DA AGSUS

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO

Diretor-Presidente

LUCIANA MACIEL DE ALMEIDA LOPES

Diretora de Atenção Integral à Saúde

WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA

Diretor de Operações

PRÓLOGO

A Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do seu Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde – Núcleo Angicos – da Escola de Governo Fiocruz, saúda a cada educador(a), educando(a) e a gestão desta 2ª edição do Curso de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde.

É com satisfação que acompanhamos o avançar do AgPopSUS nesta nova etapa, inaugurada pelo 2º edital público de convocação dos movimentos sociais populares para este novo ciclo formativo.

Hoje, ao observamos a caminhada de institucionalidade do Programa, muitas reflexões e memórias são presentes. O percurso até aqui reafirma nosso sentimento sobre o quanto a gestão federal do Ministério da Saúde, com a parceria da Fiocruz assim como, todos os movimentos sociais populares selecionados, fomos ousados e determinados com essa desafiadora implementação.

Em meio a tanta potência, já comprovada por meio da experiência que nós da Fiocruz, de forma articulada com movimentos sociais populares, tivemos durante a pandemia, com a formação dos Agentes Populares de Enfrentamento da Covid-19. E muitos foram os desafios e percalços presenciados na execução desta importante conquista que foi o Programa AgPoSUS. Porém, mesmo com tantas adversidades, após o longo período de negacionismo e desmonte presenciado anteriormente, o espírito da reconstrução da democracia regou o fortalecimento do SUS, tendo neste Programa uma das mais intensas expressões.

O AgPopSUS se consolidou como a estratégia de promoção da participação e da educação popular de maior densidade, amplitude e investimento público da atualidade na saúde pública e referência para outros setores das políticas públicas.

Para que chegássemos até aqui, foi necessário o exercício permanente, persistente e democrático da construção compartilhada e do diálogo freireano, mostrando que investir em participação e educação popular requer princípios e posicionamentos na busca intransigente pelo direito à saúde. Neste percurso, foi de intensa importância contarmos com as inspirações da Política Nacional de Educação Popular em Saúde – PNEPS-SUS, a qual foi fortalecida por meio da conquista de novos corações e mentes que promovem transformações em suas localidades.

Durante o desenvolvimento da 1ª edição do Curso, com toda a sua originalidade, presenciamos uma verdadeira ciranda de ensino-aprendizagem, de forma descentralizada e interiorizada pelo Brasil afora. A diversidade de povos, culturas, saberes e territórios que se agregaram no processo de formação explicitou o quanto a participação popular pode contribuir para superar os desafios da efetivação do SUS público, universal, equânime e participativo. Podemos afirmar que o AgPopSUS tem contribuído para alargarmos o tecido social daqueles que defendem nosso sistema universal de saúde. A leitura dos territórios promovida de forma participativa com aqueles que vivem, constroem e reconstroem a saúde junto dos equipamentos públicos nos leva a crer que este desnudar das realidades trouxe aprendizados e intensas contribuições sobre os inéditos viáveis para efetivar o direito à saúde no SUS.

Enquanto instituição pública estratégica de Estado para a saúde e parceria do Ministério da Saúde na primeira edição do AgPopSUS, desejamos que a nova institucionalidade trazida nesta 2ª edição fortaleça cada vez mais o programa em toda a sua potencialidade. Que seja um momento de mobilização, articulação e sistematização para que cada vez mais o AgPopSUS cumpra o seu importante papel no território junto às comunidades.

Neste ano de 2026, que se configura como estratégico na defesa do SUS e da vida desejamos boas-vindas a todos e todas que iniciam esta nova fase do AgPopSUS, em especial os(as) educadores(as) e educandas(as), e nos colocamos lado a lado nesta caminhada pedagógica.

Desejamos que a vivência que aqui se inicia nutra o nosso esperar na busca da efetivação do direito à saúde, de nossa democracia e da defesa de nossa soberania que se traduz também no fortalecimento do SUS.

FABIANA DAMÁSIO

Diretora da Fiocruz Brasília

OSVALDO PERALTA BONETTI

Coordenador do Núcleo Angicos da Escola de Governo da Fiocruz

INTRODUÇÃO

Este Caderno de Formação (Volume 1) não é apenas um manual de instruções; é um convite ao esperançar forjado no calor das resistências da sociedade civil organizada e das infinitas possibilidades da sua participação na produção do cuidado nos territórios e no Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste volume, apresenta-se o AgPopSUS como Programa de Estado, sendo este uma estratégia fundamental para a implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS). Por meio do AgPopSUS, a PNEPS-SUS ocupa os territórios para fortalecer o direito à saúde através da formação de sujeitos críticos que atuam na defesa incondicional da vida e da dignidade humana; para consolidar a democracia participativa, incentivando o controle social e a criação de conselhos locais que deem vozes às comunidades e contribuam com as decisões públicas; e para promover a equidade, direcionando o olhar e o cuidado para as populações historicamente vulnerabilizadas.

Queremos com este caderno que cada Agente de Educação Popular em Saúde se sinta parte de uma rede mobilizadora, e inicie sua jornada realizando diagnósticos sócio-sanitários dos territórios em que vivem; reconhecendo as injustiças ambientais e sanitárias através da vigilância popular; e que por meio da comunicação popular contribuam para o reconhecimento das práticas e os saberes populares, para o combate ao racismo e o patriarcado que adoecem o povo brasileiro.

O conteúdo está organizado em elementos que nos orientam acerca do marco referencial e metodológico da formação, e em eixos temáticos fundamentais que servirão de guia para o desenvolvimento da proposta pedagógica nos três primeiros encontros de “tempo escola e tempo comunidade”:

- Eixo I – Educação Popular e o que é ser Ser Agente de Educação Popular em Saúde: define o(a) educador(a) popular como aquele(a) que escuta ativamente e age para que outros passem a agir.
- Eixo II – A Formação do Povo Brasileiro: analisa as raízes da nossa sociedade, enfrentando as marcas do colonialismo, do racismo estrutural e do patriarcado para projetar um Brasil democrático e popular.

- Eixo III – Território, Comunicação, Ambiente e Vigilância: problematiza o conceito de território como espaço de vida e poder, utilizando a vigilância popular e a comunicação como ferramentas de transformação social.

É nesta trama de saberes que este volume convoca cada educando e educanda a transformar a indignação frente às injustiças em construção coletiva, fazendo da formação um ato político de cuidado, resistência e emancipação social.

LAÍSE REZENDE DE ANDRADE

Gestora Executiva da Unidade de Ensino e Pesquisa - AgSUS

MÔNICA DINIZ DURÃES

Gestora do Projeto AgPopSUS - AgSUS

LAILA TALITA DA CONCEIÇÃO COSTA

Coordenadora do Projeto AgPopSUS - AgSUS





MARCO REFERENCIAL E METODOLÓGICO





O SURGIMENTO DOS AGENTES POPULARES DE SAÚDE

Em 2019, o mundo todo foi surpreendido com notícias de uma nova doença que surgiu na China, atingiu milhares de pessoas e logo se espalhou pelo mundo. O primeiro caso no Brasil chegou quase na mesma época dessas notícias, e logo muitos outros casos foram atingindo todos os estados da federação e levando ao fechamento das escolas, locais de comércio e trabalho — enfim, todos os locais onde se juntavam pessoas.

“Fique em casa” virou uma palavra de ordem, pronunciada muitas vezes por dia na televisão, no rádio, pelos colegas e familiares. Parecia não haver mais nada a fazer senão ficar em casa.

Para os movimentos populares e trabalhadores de alguns setores, especialmente da saúde, esta não era uma opção.

“Nós não nos conformamos em assistir o desenrolar da pandemia sem colaborar com a saúde da população – mesmo que a maioria das pessoas achasse que não ia adiantar. Havia quem entendesse que só as UTIs e os hospitais de campanha iriam resolver o problema... E havia os movimentos populares, que enxergavam a população de rua, as(os) moradores(as) das periferias, as(os) desempregadas(os), as crianças sem escola. Trabalhadoras e trabalhadores que sabiam que não poderiam enfrentar essa situação sozinhas(os)”.

Entre março e maio de 2020, os movimentos sociais populares mobilizaram três importantes iniciativas:

1

Estabelecimento de uma rede integrada de movimentos sociais, promovendo a cooperação e a atuação conjunta;

2

Reformulação do conceito de solidariedade, adequando-o às novas realidades e desafios contemporâneos;

3

Ampliação da disseminação de ações solidárias, com a implementação de práticas de solidariedade em diversas frentes.

Essa articulação forjou identidades comuns, o que unificou vários movimentos sociais populares e gerou várias campanhas. Duas emergiram com mais força e de forma mais articulada: a Campanha Mãos Solidárias em Pernambuco, e depois de algum tempo, em nível nacional, a Campanha Periferia Viva.

Reconhece-se que o conceito de solidariedade passou a ser objeto de disputa no contexto social, o que tem levado os movimentos sociais a revisarem suas concepções sobre o tema. Para esses movimentos, a elite promove uma educação voltada ao assistencialismo, o que contribui para a marginalização das camadas populares, limitando sua participação na vida democrática e sua capacidade de expressão e diálogo. Reforça-se o silenciamento do povo, mantendo-o longe da democracia, sem espaços de expressão, de participação, mergulhado no não-diálogo, alimentado por respostas mágicas para seus enormes problemas objetivos e subjetivos.

Naquele momento, entendeu-se a solidariedade de forma diferente, como uma **solidariedade ativa**: um valor organizador das práticas políticas, um pilar do projeto democrático popular que parte da defesa incondicional da vida do povo e da classe trabalhadora. Trata-se de uma dimensão do cuidado com a vida de todas as pessoas.

Sobre as **ações conjuntas**, os movimentos sociais iniciaram um processo de doações de alimentos, máscaras, kits de higiene e informações adequadas sobre a pandemia. Da produção de marmitas para população em situação de rua no entorno do Armazém do Campo, no município do Recife/PE, à entrega de cestas com alimentos vindos da agricultura camponesa e da Reforma Agrária em todo o Brasil, demonstrou-se que os alimentos abrem portas e produzem o encontro da comida com a panela vazia. Era muito comum naquele período dizermos: “a fome



chegou antes do vírus”. Essa abertura de portas também criou oportunidades de diálogos entre os movimentos sociais populares e moradoras(es) das periferias, das áreas rurais e até a própria vizinhança nas comunidades.

Para os movimentos sociais, a palavra mais forte de meados de abril a maio de 2020 foi transição.

“Precisávamos ir além da entrega de alimentos, mas ainda não sabíamos como, nem com quais ações. Desde o início, tínhamos a compreensão de que a pandemia seria longa e que teríamos de planejar o trabalho com um caráter de médio prazo, porque sabemos que não tínhamos estrutura econômica para manter a onda das doações em ritmo acelerado e crescente. Foi quando, em maio, uma das comunidades que recebiam comida pediu para aprender como se prevenir da covid-19.”

A comunidade de Peixinhos, na cidade de Olinda/PE, e depois a comunidade de Brasília Teimosa, na zona sul do Recife/PE, foram as primeiras a receber a formação de **Agentes Populares de Saúde**, como as(os) agentes foram chamadas(os) inicialmente.

A primeira parte da formação consistia em uma demonstração prática da forma como acontece a transmissão do vírus da Covid-19, utilizando o corolau, tempero comum e barato, que era aplicado às mãos de um voluntário e “transmitido” para outras partes do corpo e para objetos tocados por este voluntário. O curso, então, já começou cativando as pessoas pela possibilidade da fácil compreensão da situação pandêmica. Nas fases seguintes da formação, o curso explicava a necessidade e o passo a passo da lavagem correta das mãos, para além de como já era feita no dia a dia; as diluições necessárias da água sanitária para a higiene doméstica e de utensílios; também era proposto um cadastro das famílias vizinhas, fazendo uma cartografia das famílias do bairro a serem atendidas pelos diversos educandos-agentes populares daquelas turmas.

No decorrer dos encontros, as informações dos cadastros das famílias eram compartilhadas e, a partir disso, realizou-se o mapeamento do perfil de saúde da comunidade com a identificação das famílias e domicílios em

situação de maior risco. Ressalta-se que o conceito de risco foi considerado de maneira abrangente, incluindo desde situações de insegurança alimentar (fome) e necessidade de renda até a exposição a transporte público lotado, bem como a presença de idosos ou crianças no domicílio.

Identificou-se então a necessidade de visitar as famílias em situação de maior vulnerabilidade na mesma semana. Durante as visitas, os(as) agentes deveriam reproduzir as dinâmicas do colorau, da lavagem das mãos e da diluição do cloro nas casas – tudo isso para ensinar o que haviam aprendido sobre a prevenção do vírus. A orientação era para ninguém entrar nas casas, ficando na rua para reduzir o risco de contágio.

A metodologia de formação dos Agentes Populares se espalhou pelo Brasil – porque é de fácil replicação, adaptável a diferentes contextos e concretiza a ideia de solidariedade ativa. Durante a pandemia, foram mais de 2 mil Agentes Populares formados, em pelo menos 17 estados do Brasil.

“As pessoas não eram vistas como sujeitos passivos, beneficiários apenas de uma benfeitoria. As pessoas eram vistas como sujeitos ativos, impactados pelos problemas sociais, além de parte fundamental da sua resolução. Fomos construindo, dessa forma, uma metodologia de cuidado coletivo e de organização popular para lidar com os diferentes problemas na comunidade: saúde, alimentação, educação, trabalho, direitos etc”.

PAULETTE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães -
Fiocruz Pernambuco, Professora da
Universidade de Pernambuco (UPE) e atuou como
coordenadora adjunta do projeto
AgPopSUS, na primeira edição, junto à Fiocruz.

THAYS SANTOS CARVALHO

Educadora popular, Graduada em Direito na UEFS,
Mestra em Direito pela USP, Pesquisadora, Funda-
dora da Escola Nacional Paulo Freire e Assessora
da Unidade de Ensino e Pesquisa, integrante do
Núcleo AgPopSUS da Agência de Apoio a Gestão
Acadêmica do SUS (AgSUS).

REAFIRMANDO A POTÊNCIA DO REFERENCIAL DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO DESENVOLVIMENTO DO AGPOPSUS

MARIA ROCINEIDE FERREIRA DA SILVA

Coordenadora geral da Articulação interfederativa e Participativa/ Coordenadora Nacional da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde – DGIP-SE/MS.

OSVALDO PERALTA BONETTI

Coordenador do Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde (Núcleo Angicos) da Escola de Governo da Fiocruz Brasília, atuou como coordenador do Projeto de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS) na primeira edição, junto a Fiocruz.

VERA LÚCIA DE AZEVEDO DANTAS,

Integrante do Grupo de Trabalho em Educação Popular em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GT de EPS da ABRASCO).

VANDERLÉIA LAODETE PULGA

Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS).

SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA

Chefe do Gabinete Adjunto de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Secretário-Executivo do Ministério da Saúde (2023-2025).

A PNEPS-SUS – UM INSUMO NA SEMEADURA DA FORMAÇÃO DE AGENTES

A Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), instituída em 2013 (Portaria 2.761/MS) se destaca-se como uma política inovadora do SUS por seu caráter participativo e potencial transformador na democratização da saúde.

Entre 2016 e 2022, enfrentou desmontes e desfinanciamento, mas resistiu graças à mobilização de movimentos sociais, coletivos e instituições comprometidos com a defesa da vida e do SUS.

Neste momento de retomada da PNEPS-SUS, é fundamental pensar: que princípios estruturaram essa semente e como se reafirmou nesse período o Estado Democrático de Direito, com efetiva participação popular? Por meio de nossas ações temos conseguido reafirmar a importância do SUS e das políticas garantidoras da cidadania brasileira?



Neste texto que tem o papel de abrir essa nova fase da formação de agentes educadores e educadoras populares de saúde, compondo o 2º volume do Caderno Pedagógico, buscamos também, reafirmar o referencial freiriano e da PNEPS-SUS no AgPopSUS. Assim, ao reconhecermos a historicidade dos processos como fundamental para a compreensão dos mesmos, a fim de que sejam debatidos, exercitados e apropriados por todos(as), é que instigamos a reflexão sobre as contribuições pedagógicas, interculturais e epistemológicas da PNEPS-SUS a nossa ciranda de aprendizagem sem a pretensão de realizar uma reconstituição histórica linearizada e formal.

DIMENSÃO HISTÓRICA E INSTITUCIONALIDADE

A educação popular em saúde emergiu das lutas sociais pela democratização e da Reforma Sanitária, integrando-se à construção do SUS. Sua institucionalização começou em 2003, no primeiro governo Lula, e consolidou-se em 2013 com a PNEPS-SUS.

É importante considerar que esta política se constituiu na perspectiva de uma escuta coletiva ampliada com a diversidade de vocalizações sobretudo das populações em situação vulnerabilizada reafirmando a perspectiva da Pedagogia do Oprimido e da Esperança propostas por Paulo Freire que afirmam o direito dos oprimidos e das oprimidas à palavra:

“Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar”
(Freire, 1985, p. 49).

Nesse sentido, foi fundamental a criação de espaços políticos na estrutura do Ministério da Saúde inicialmente junto à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e, posteriormente, se incorporando à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), através da primeira **Coordenação Geral de Educação Popular em Saúde**.

Nos seus primeiros passos, a PNEPS-SUS incorporou educadores(as) articulados (as) às redes que conquistaram a institucionalidade da Educação Popular em Saúde no Ministério da Saúde, na coordenação pedagógica do Programa de Apoio ao Fortalecimento do Controle Social no Sistema Único de Saúde. Nesse processo foi possível romper com a verticalização presente nas versões anteriores de capacitação, possibilitando uma abordagem participativa e problematizadora da realidade.

Nesta perspectiva foram identificados, reconhecidos e “animados” grupos, coletivos e movimentos de âmbito local e nacional, possibilitando a criação de novas articulações como a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS).





Materializar essas intencionalidades em cenários políticos marcados por disputas de hegemonia e pressões institucionais exige superar um sistema opressor que invisibiliza modos de existência, incorporando princípios ético-políticos e epistemológicos (David, 2021) – expressões de lutas sociais por reconhecimento e voz contra as estruturas históricas de dominação.

Inspirada em Paulo Freire, a política valoriza a “Pedagogia do Oprimido”, garantindo voz a populações vulnerabilizadas e promovendo processos formativos horizontais. A criação do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) em 2009, foi um marco importante, crucial para incluir movimentos sociais e educadores populares na construção da política, rompendo com modelos verticalizados de gestão. Trata-se, portanto, de uma institucionalização que não se dá fora dos processos sociais de conquista da saúde.

CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS, PEDAGÓGICAS E INTERCULTURAIS

A PNEPS-SUS desafia paradigmas hegemônicos ao incorporar saberes populares e ancestrais. Alguns conceitos orientadores podem ser destacados, assim como campos de ideias e fazeres que se alinham à concepção crítica de sociedade e a educação emancipadora.

A ideia de **corpo e sentipensar** busca superar a dicotomia mente-corpo no setor saúde, com valorização da experiência integral das pessoas, inspirada em Freire e Fals Borda. Freire afirma que o ato de pensar envolve o corpo inteiro e não apenas a mente e considera o ser humano um **“corpo consciente”** em relação constante com o mundo. Nos lembra que a subjetividade, “toma corpo na objetividade”, constituindo “uma unidade dialética que produz um conhecer solidário com o agir e vice-versa” (Freire, 1983, p. 74).

O conceito de decolonialidade, alinhado ao campo da educação popular, constitui-se em uma abordagem que visa romper com saberes e visões de mundo tradicionalmente ditados pelo conhecimento de matriz europeia, trazendo para o debate as questões de raça, gênero e classe, reconhecendo práticas de cuidado de povos originários e comunidades tradicionais como parte do cuidado em saúde.

A produção compartilhada de conhecimento é a reafirmação de que não há saberes mais ou menos importantes e que a diversidade de pensamento contribui para a conquista coletiva da saúde. Promove metodologias como Investigação Ação Participativa e Sistematização de Experiências, integrando arte e cultura como ferramentas pedagógicas (ex.: Caravanas Culturais e Tendas Paulo Freire).

O protagonismo popular exige pensar formações participativas, como o foi exercitado no curso EdPopSUS (2014-2016) que agregou e formou 60 mil





agentes comunitários e lideranças para desenvolver uma prática educativa crítica, utilizando metodologias participativas. Pode-se ainda mencionar outras formações desenvolvidas em parcerias locais, tais como o do curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, como espaço de educabilidade do humano e também das relações e que como relação, **“permeia, transcende, trazendo as pessoas, mobilizando-as a imergir no processo pedagógico despertando forças, desejos, paixões alegres no dizer de Baruch de Spinoza** (Dantas, 2021); e o Curso de Especialização em Educação Popular e Territórios Saudáveis, pelo Núcleo Angicos da Fiocruz Brasília durante a pandemia.

Na gestão em saúde, a PNEPS-SUS incorpora a participação, a arte e a criatividade como dimensões fundantes do ser individual e coletivo. São exemplos experiências como o Chalé da Cultura (Porto Alegre) e o Espaço Ekobé (Fortaleza) que integram linguagens artísticas para promover diálogos em saúde.

Para avançar por meio de práticas interculturais e de diálogos multiculturais, a PNEPS-SUS fomenta o respeito à diversidade cultural, articulando-se com as práticas Integrativas de Saúde (PICS) e as práticas populares de cuidados, ou seja com aqueles que produzem o cuidado no âmbito de saberes tradicionais, como parteiras, benzedeadas, terreiros de matriz africana e medicina indígena; agroecologia e práticas do “Bem Viver”, como perspectivas de mundo e desenvolvimento alinhadas aos modos de viver e conhecer dos movimentos camponeses e ambientalistas, que reforçam a conexão entre saúde e ambiente; a equidade, por meio de Iniciativas como o Programa AgPopSUS (2023) formam agentes populares em territórios periféricos, quilombolas e indígenas, combatendo as iniquidades, promovendo o fortalecimento dos territórios por meio de processo de vigilância popular em saúde.

A Política fortalece o controle social do SUS por meio de ações de gestão participativa e controle social, apoiando as Conferências Livres como espaços híbridos que ampliam a participação de grupos historicamente excluídos, a exemplo da Conferência Livre de Educação Popular em Saúde de 2023. Outras estratégias de gestão participativa incluem lideranças comunitárias na tomada de decisões, tais como as Cirandas da Vida em Fortaleza, Ceará.

A amorosidade, princípio central da PNEPS-SUS e inspirado em Paulo Freire, transcende o diálogo racional, integrando trocas emocionais e sensibilidades para fortalecer vínculos, promover relações horizontais e construir coletividades (Cruz et al., 2021; Brasil, 2013). Mais que afeto individual, é um compromisso ético-político com as classes populares, materializado no reconhecimento da dignidade humana, na recusa à coisificação e na luta contra opressões (Freire, 1987; Miranda e Messias, 2023). Essa dimensão se expressa na práxis educativa, que inclui:





Problematizar estruturas de dominação, desnaturalizando desigualdades e incentivando ações transformadoras em microrrelações (família, trabalho, saúde).

Valorizar a integralidade do ser, reconhecendo saberes populares e potencialidades de sujeitos em vulnerabilidade, com foco na garantia de direitos.

Incorporar o “corazonar” (Guerrero Arias, 2010), conceito decolonial que une coração e razão, resgatando culturas ancestrais e promovendo processos formativos inclusivos, criativos e alegres, capazes de integrar diversidades culturais e subjetivas. A amorosidade freireana, assim, não é apenas afeto, mas ferramenta política para uma educação e saúde dialógicas, anticoloniais e comprometidas com a emancipação.

A educação popular em saúde integra metodologias participativas e decoloniais para a produção de conhecimento em pesquisa. Como bases epistemológicas, destacam-se metodologias como a investigação Ação Participativa (Fals Borda), a Pesquisa Participante (Brandão), a Sistematização de Experiências (Oscar Jara) e as Cirandas de Pesquisa (Vera Dantas), que incorporam a arte como eixo do conhecimento.

Essas abordagens articulam **gênero, raça, classe e geração** para analisar opressões históricas, destacando lutas de mulheres camponesas (Pulga, 2024). Produzem conhecimentos **polifônicos** (Bakhtin), valorizando vozes diversas sem hierarquias, documentados em livros, periódicos e cursos (especializações, mestrados).

Na graduação em saúde, projetos como **VER-SUS** conectam teoria à prática em comunidades quilombolas, indígenas e periferias urbanas. Universidades como a **UFFS (Passo Fundo) e UFPI (Parnaíba)** promovem estágios e vivências com movimentos sociais (ANEPS), fortalecendo equidade e participação social no SUS.

A PNEPS-SUS E O DIREITO À SAÚDE COMO CUIDADO À VIDA

A produção da atenção à saúde, orientada pela PNEPS-SUS, se fundamenta no conceito do Cuidado Integral. A PNEPS-SUS integra práticas populares de cuidado (como medicinas ancestrais indígenas e africanas) e dimensões espirituais, culturais e ambientais, alinhando-se ao conceito de Bem Viver (Acosta, 2016) e à ética do cuidado de Leonardo Boff (1999). Essas abordagens desafiam estruturas capitalistas e colonialistas, valorizando saberes comunitários e a relação harmoniosa entre humanos e natureza.





Apesar da riqueza das práticas populares, sua inserção no SUS enfrenta resistências devido à medicalização hegemônica e protocolos rígidos. Dantas e Pulga (2020) destacam a necessidade de diálogos entre as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e os saberes populares, evitando sua cooptação por lógicas verticalizadas.

Durante a COVID-19, a educação popular em saúde mostrou sua potência de resistência e cuidado integral, apoiando ações como:

Comitês Populares e Agentes de Saúde (como o AgPopSUS) atuaram em territórios vulneráveis, distribuindo alimentos, máscaras e promovendo vigilância popular.

Campanha Mãos Solidárias (PE) expandiu-se nacionalmente, articulando cozinhas comunitárias, roçados solidários e formação política.

A Fiocruz e o Núcleo Angicos (DF) mantiveram vivências formativas mesmo durante o desmonte da política, formando 8.000 agentes populares em 17 estados.

No plano de intersectorialidade e de apoio às lutas populares, a PNEPS-SUS conecta-se a lutas como: movimento de agroecologia e feminismo camponês, combatendo agrotóxicos e promovendo soberania alimentar; Vigilância Popular em Saúde, denunciando injustiças ambientais e sanitárias; Articulação com universidades (UFPB, UFFS, UFPI) em estágios, residências multiprofissionais e projetos de extensão com comunidades quilombolas, indígenas e periferias urbanas. A criação de Comitês de Educação Popular em Saúde (CNEPS) em alguns estados e municípios também vem dinamizando e criando a Política de Educação Popular em Saúde no âmbito estadual e municipal. Ainda no contexto intersectorial, a PNEPS-SUS articula saúde, educação e assistência social em projetos como o Programa Saúde nas Escolas.

Na retomada após as eleições de 2022, além da reativação da PNEPS-SUS em 2023, está em processo a reinstalação do CNEPS e parcerias com movimentos sociais na formação de agentes populares. A expansão do AgPopSUS, com metodologias territoriais e protagonismo de educadores indicados por movimentos é um dos potentes projetos em curso. Vale lembrar também a integração da Política com as demais políticas voltadas para emergências climáticas e crises sociais, reforçando o SUS como espaço de defesa da vida e da democracia.

O investimento em uma política pública em saúde como a PNEPS-SUS no governo do presidente Lula também está fortemente vinculado ao compromisso com o fortalecimento da Gestão Participativa, compartilhando o poder de pensar a realidade, construir e dar robustez às tomadas decisão junto a um maior número de atores, fundamentalmente aqueles que estão mais comprometi-





dos com a transformação da realidade brasileira a partir dos desejos e necessidade do povo. São os movimentos sociais e populares, coletivos organizados em bases territoriais, sindicatos e comunidades em seus territórios vivos.

É também um compromisso com as diferentes formas de se produzir ciência e diálogos para a produção da saúde com reflexão e ação críticas a partir das experiências. Aquelas vividas no contexto da pandemia de Covid-19, por exemplo, têm contribuído substantivamente com a ampliação das perspectivas de como cuidar do povo.

A PNEPS-SUS no governo federal também é o desdobramento da simbólica subida à rampa do presidente Lula com diferentes representações do povo brasileiro, reforçando que todas as vozes são importantes. Depois que o país passou novamente por experiências autoritárias, é fundamental que cada brasileiro compreenda a importância do exercício da sua cidadania com empenho em participar das políticas públicas. Quando são instituídas Assessorias de Participação Social e Diversidade nos gabinetes de todos os ministérios logo no primeiro mês do atual governo, com a Secretaria-Geral da Presidência da República coordenando essa rede, essa preocupação também fica evidenciada. Esse um compromisso com o fortalecimento da Democracia Participativa. É a construção do projeto democrático popular para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES

A EPS nos traz sempre presente a necessidade da leitura da realidade com acuidade/compromisso e afinco e de forma participativa. Neste contexto, infelizmente somos levados a crer que os desafios colocados nos primeiros passos do atual governo ainda continuam presentes e que a educação popular pode ser, não o antídoto, mas uma caminhada potente e estratégica para superação da polarização ainda presente no cenário da política nacional e nos territórios. É importante ressaltar que nos territórios temos uma parcela significativa da sociedade, inclusive das classes populares, que continua capturada por uma cultura de ódio, de negação da ciência e da potência que a diversidade do povo brasileiro proporciona ao fazer saúde e para um projeto de desenvolvimento em nosso país.

No atual momento, conquistas importantes têm sido alcançadas na retomada dos direitos da cidadania, em especial do direito à saúde, a exemplo da superação do Brasil no ranking dos 20 países com mais crianças não imunizadas do mundo. Em 2021, o Brasil ocupava o 7º lugar nesse ranking e, em 2023, a OMS reconheceu os esforços e êxito do Sistema de Saúde brasileiro no combate a cultura negacionista e emitiu certificado dizendo que o Brasil não faz mais parte da lista.

Podemos citar, ainda, a ampliação da Estratégia de Saúde da Família que, só em 2024 ganhou 4.750 novas equipes, com R\$1,1 bilhão de investimento para





os municípios. No mesmo ano o Programa Mais Médicos dobrou o número de médicos, alcançando 4.412 municípios e todos os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e a retomada do Programa Farmácia Popular, com 3,3 bilhões de investimentos só em 2024, garantindo sua presença em 4.758 municípios. Mais 395 cidades que passaram a ter farmácias do Programa. (Brasil, 2025)

R\$9,8 bilhões também foram repassados para estados e municípios para garantia do pagamento do Piso Nacional da Enfermagem. A Caravana do Piso Nacional da Enfermagem com a participação de 3,5 mil gestores, técnicos e trabalhadores em todos os estados brasileiros. (Brasil, 2025)

Todos os estados e 97,9% dos municípios aderiram ao Programa Mais Acesso a Especialistas. Um investimento de R\$1,2 bilhão para reduzir as filas de espera por cirurgias no SUS. Previsão de investimento de R\$1 bilhão por ano na Rede Alyne, a nova estratégia para reduzir em 25% a mortalidade materna até 2025, com Centrais de Regulação com equipe especializada em obstetrícia, mais exames de pré-natal no SUS incentivos financeiros. Fortalecendo estratégias antirracistas, tais ações também visam a redução da mortalidade materna de mulheres prestas em 50%. Poderiam ser citadas muitas outras ações. (Brasil, 2025)

No entanto, os aprendizados evidenciam ao mesmo tempo, “inéditos viáveis” e novas “situações limites” a serem enfrentadas em um caminhar que, como nos ensina Nego Bispo, (2023) tem começo, meio e fim. E ele nos chama atenção para a importância da confluência como energia que nos move para o compartilhamento, ampliação, germinação. E, para manter-nos problematizando o vivido, nos perguntamos: O que a PNEPS-SUS necessita provocar para que essas possibilidades se espalhem cada vez mais, confluem, polinizem, frutifiquem, gerem rizomas pelos rincões desse país continental? Como podemos potencializar a intersetorialidade capaz de acolher a perspectiva popular?

Estas e outras perguntas abrem caminhos de reflexão e de novas trilhas da PNEPS-SUS nos processos em curso e nos mais variados espaços da sociedade brasileira e suas articulações internacionais em defesa da vida, da democracia e dos direitos. Provocamos cada educador e educadora, educando e educando do Programa AgPopSUS a se somar nessa caminhada de ação – reflexão – ação na contribuindo a partir do seu espaço para conquista de SUS cada vez mais universal, participativo e equânime!





PRINCÍPIOS ÉTICOS E PEDAGÓGICOS DA ATUAÇÃO DO(A) AGENTE POPULAR

HELENA MARIA SCHERLOWSKI LEAL DAVID

Educadora Popular, Enfermeira Sanitarista, Pesquisadora e Professora Titular do Departamento de Enfermagem de Saúde pública da Faculdade de Enfermagem da UERJ.

O que é ser um(a) Educador(a) Popular? A primeira questão que esta pergunta pode despertar é uma outra pergunta: **o que é ser um(a) educador(a) não popular?** Creio que, para essa pergunta, a resposta é mais fácil: é aquele(a) educador(a) que não considera as diversidades de cultura e modos de viver, que deseja impor uma forma de ver o mundo, que se fecha para o diálogo, que parte do princípio de que sempre está certo. Alguém que não constrói com suas/seus educandas(os), apenas apresenta suas ideias, esperando que sejam absorvidas sem crítica, como se fossem uma esponja.

É preciso que o(a) educador(a) popular seja alguém que esteja desperto(a) e atento(a) para as pessoas que estão ali, e deseje estabelecer comunhões de escuta, pensamentos, ideias, esperanças. Por isso, esse(a) educador(a) sempre recomeça seu trabalho educativo a cada encontro – mas isso não significa jogar fora os acúmulos anteriores e as histórias de vida. É esse o sentido do “inacabamento” de que nos falava Paulo Freire. Estamos falando do(a) educador(a) popular – e a palavra “popular” precisa ser um ponto de reflexão, pois tampouco está pronta e definida. “Popular” quer indicar um tipo de aliança especial com o povo, que implica em um olhar inclusivo e uma escuta radical. Radicalizar na escuta é propor uma “escuta raiz” – ouvir, refletir, compreender. E aprender com essa escuta.

No Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS) há a intencionalidade de construir uma caminhada junto com pessoas de movimentos sociais e comunidades envolvidas em projetos sociais. Essa caminhada tem um sentido e uma direção: rumo a uma sociedade de justiça social, onde as cidadãs e cidadãos sejam iguais nos direitos e diferentes em suas identidades e formas de ver o mundo, iguais nos direitos e diferentes nas nossas identidades e formas de ver o mundo. É algo utópico? Sim, pois precisamos de utopia e sonho para a caminhada. É algo impossível? Difícil, talvez, mas impossível, não.





A caminhada se faz num caminho cujos contornos, dificuldades, sombras e alegrias só aparecem quando somos um coletivo em marcha, e o caminho vai se fazendo a cada passo. Para isso, as(os) Agentes Educadoras e Educadores Populares irão, com cuidado e respeito, conhecendo cada pessoa e provocando o coletivo a pensar nos melhores jeitos de enfrentar problemas que estejam afetando suas vidas. A resposta educativa não se dirige do mesmo modo a todos os problemas e questões levantados pelo coletivo – algumas situações exigem mobilização e ação imediata da comunidade. O/A Agente Educador(a) pode ser uma referência importante para ajudar o coletivo a escolher as estratégias melhores e possíveis.

Ser uma ou um Agente Educador(a) Popular é ser alguém que age e educa com o povo, se alinha às lutas populares e constrói com o povo novos horizontes. Isto implica em despir-se de ideias preconcebidas e buscar olhar as pessoas como elas são, com suas fragilidades e fortalezas. E é com essas fortalezas que se pretende construir novos jeitos de estar no mundo.

Alguns pontos para parar e pensar:

Situações-limite são aquelas que emperram a vida, e não tem resposta pronta para elas

– São parte do cotidiano e expressam as contradições e lutas que os grupos populares enfrentam historicamente para a conquista de uma ordem social justa e igualitária entre homens e mulheres. Não dizem respeito apenas a problemas pessoais, e geralmente, referem-se a processos ocultos; a realidade das questões de saúde é sempre complexa, por isso é necessário dialogar e questionar: “O que é que está na raiz ou por detrás desta situação?”; “Como esta situação pode ser coletivamente explicada?”

Perguntas já apontam para o inédito-viável

– Algumas perguntas realizadas em coletivo são grávidas de respostas e já vão gerando respostas ou outras perguntas, muitas vezes, ao mesmo tempo; uma resposta trazida por um educando ou uma educanda vai se juntando a outras, e todas vão se modificando; por isso, aquela ideia inicial que cada um(a) tinha geralmente está modificada pelo coletivo depois de um tempo de debate. Este processo de **explicação coletiva** já vai construindo um **conhecimento compartilhado**, na medida em que os sujeitos, ao participarem, vão também mudando e aprofundando sua forma de ver a questão em debate; é importante que isto aconteça de forma respeitosa e solidária, com escuta atenta e sem tomar conta da palavra;





Sistematizar – o registro das propostas também não deve ser esquecido – é necessário anotar, não confiar na memória apenas; valorizar, ainda, os registros feitos por todas as pessoas participantes, registrar as avaliações do processo para que o caminho possa ainda ser trilhado muitas vezes. O registro pode ser através de diferentes linguagens e formas de expressão – é o exercício da arte e criatividade, da memória e sistematização expressas nas poesias, cordéis, músicas, blogs, performances, murais, fotografias, vídeos etc.

Considera-se que esta caminhada é como **um pano bordado** – tem uma hora que acaba, mas não acaba de todo. Porque o caminho na direção de uma sociedade justa, onde a saúde seja de todos, é longo, e apenas começa; e cada ponto bordado deixado vai ajudar a construir o belo futuro que sonhamos!

DE QUAL EDUCAÇÃO ESTAMOS FALANDO? CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE EDUCAÇÃO POPULAR

Educação é maior que escola. Ela acontece na família, na escola, nos demais espaços de socialização. A gente aprende através do exemplo e com o que escutamos e compreendemos.

Educação é a arte de formar o ser humano. Nascemos “bixim” e, através das relações em sociedade, vamos nos humanizando (ou desumanizando). Este é um processo que dura a vida toda e só o interrompemos ao morrer, pois ele não tem fim.

A educação visa à humanização e isto passa pela leitura e compreensão do mundo, pela participação, pela emancipação, pela conquista dos direitos e, em última análise, pela transformação da sociedade.

Costuma-se dizer que educadores(as) são sujeitos da educação e, ao mesmo tempo, que educandos(as) também são sujeitos da educação: ambos(as) aprendem e ensinam. Então, qual seria o objeto da educação? Para conseguirmos enfrentar o desafio de superar uma relação vertical e vivenciar uma relação horizontal, faz-se necessário rever as pessoas como seres sociais, revisitando nossa própria história, origens, condições econômicas, sociais, educacionais e culturais. Esse mergulho é para compreendermos: como chegamos a ser o que somos? Como fomos aprendendo a repetir





as lógicas verticais nas relações que temos? Desse modo, compreendendo desde nós mesmas(os), podemos mudar e refletir sobre a lógica relacional horizontal.

O QUE ENTENDEMOS POR EDUCAÇÃO POPULAR

O pano de fundo da Educação Popular é a divisão da sociedade em classes: há os donos do capital (minoría) e há os que procuram vender a sua força de trabalho ou os seus serviços. No fundo, a divisão está entre quem decide e quem executa. Quem atua na Educação Popular faz uma aposta no saber do povo e no poder do povo, o que implica em ação organizada, mas faz isto sem cair no basismo (tomar qualquer decisão sob consulta aos grupos de base).

Educação Popular é o povo educando, e não educar o povo. É a capacidade de entender o que está acontecendo no presente, o que conduz a estes acontecimentos, e o que aconteceu antes que levou até o momento atual (história). É saber ler a realidade na sua atualidade (contradições e forças sociais) e ser capaz de propor ações para alterar, em parte, esta realidade (conquistar direitos, fazer reformas) e a se organizar para lutar para a transformação com vistas a uma sociedade democrática e de justiça social.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO

O analfabetismo é uma dívida histórica do Brasil para com o seu povo. Nos quase 400 anos de escravidão, onde as pessoas escravizadas não eram consideradas nem gente, imagina poderem ser alfabetizadas. O país entrou no século XX com mais de 80% da população mergulhada no analfabetismo e, antigamente, só as pessoas alfabetizadas podiam votar. Por volta da década de 1950, com força na ideia de que o Brasil iria cada vez mais se desenvolver, era preciso avançar na democracia e, para o povo participar da política, teria de se alfabetizar. É nesse contexto que Paulo Freire surge como um agente alfabetizador, educador, desse esforço concentrado em diferentes instituições.

A pessoa analfabeta é aquela que não consegue ler e nem registrar (escrever) e tem dificuldade em fazer contas matemáticas no papel. A dificuldade maior é saber o que as outras pessoas registraram, em suportes como textos, jornais, livros, cartilhas e bilhetes. Mas não basta apenas balbuciar as





sílabas, também é preciso entender o que se está lendo. Alfabetização é um processo de formar pessoas para compreender e utilizar uma determinada linguagem a partir da realidade do seu território.

Numa sociedade democrática, todas as pessoas precisam ter acesso ao conhecimento. E todas podem aprender, independentemente da idade. Só fica fora quem acredita que não tem necessidade disso.

Para a luta social avançar, é importante que todas as pessoas participantes sejam alfabetizadas e tenham uma boa capacidade de leitura, de entendimento e de interpretação. Mas não basta ler os materiais escritos. **É necessário também aprender a ler o mundo para poder transformá-lo.**





COMO ORGANIZAMOS O CURSO?

PAULETTE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Educadora Popular, Pesquisadora do Instituto Aggeu Magalhães - Fiocruz Pernambuco, Professora da Universidade de Pernambuco (UPE) e atuou como coordenadora adjunta do projeto AgPopSUS, na primeira edição, junto à Fiocruz

DAVID SAMUEL MARTINI MARTINS

Educador Popular, Historiador pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Fundador da Escola Nacional Paulo Freire e Coordenação Político Pedagógica.

A Formação de Agentes de Educação Popular em Saúde (AgPopSUS) nasceu das experiências de **Agentes Populares de Saúde** durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, como descobrimos nos textos acima. A formação surgiu da necessidade de implementar ações educativas no SUS, ampliando a participação social ativa e a defesa do sistema de saúde universal.

É voltado às pessoas que já atuam em suas comunidades, ajudando a vizinhança, organizando reivindicações, buscando defender os direitos sociais - em especial o da saúde.

PEDAGOGIA

Este curso está baseado na Pedagogia da Alternância, compreendida no **Tempo Escola** e **Tempo Comunidade**, partindo do saber que as(os) educandas(os) possuem, de suas experiências de vida, para refletir e construir novos conhecimentos.

Durante o **Tempo Escola**, haverá espaço para o levantamento do conhecimento prévio da/o educanda/o, para leitura de textos escritos especificamente para este curso, de vivências, experimentações e sistematização dos aprendizados do dia. Os Tempos-Escola são de **8 horas**, durante um dia todo, com almoço coletivo e lanches. Serão desenvolvidos em espaços comunitários ou escolas — para estar mais próximo à realidade e ao dia a dia de todas(os).

No final de cada Tempo Escola serão orientadas as atividades para o **Tempo Comunidade**, com duração de 15 a 30 dias. Nele, as(os) educandas(os) irão colocar em prática o que partilharam e aprenderam: levantando questões junto às suas comunidades para elaboração do **plano de ação**, visitando lugares e pessoas, identificando pontos de risco e, por fim, atuando como Agentes em seus territórios.





DURANTE O CURSO

Para desenvolver as atividades do curso, as educandas e educandos estarão divididos em Núcleos de Base, os **NBs** – formados por pequenos grupos dentro das turmas, com cerca de 5 pessoas que se comprometem a atuar em equipe, cuidar umas das outras, se cuidar e desenvolver um plano de ação conjunto para a melhoria das condições de vida e de saúde do seu território.

No **Tempo Escola**, a organização das atividades acontece em 8 momentos: mística, acolhimento, levantamento do conhecimento prévio, tempo-leitura, debate e reflexão, sistematização, avaliação e mística de encerramento. Os NBs vão participar, em revezamento, da organização do dia, das místicas, além da participação nas atividades.

No **Tempo Comunidade** também será estimulado que as(os) educandas(os) realizem tempo-leitura e tempo-cuidado consigo mesma(o) com o grupo de colegas, façam reunião dos NBs, e coloquem em prática as ações previstas ou planejadas.

Cada NB precisa escolher, entre suas/seus componentes, um(a) coordenador(a), um(a) relator(a), um(a) responsável pela saúde, outro(a) pela educação e outra pessoa responsável pela cultura. Estas funções também devem acontecer em revezamento, para que todas(os) experimentem os diversos fazeres. Propõe-se um pacto de cuidado dentro do NB, para que ninguém esmoreça. Os NBs devem constituir uma identidade própria com um nome e algum símbolo que identifique suas/seus componentes.

Todas(os) as(os) educandas(os) receberão um caderno para registrar cada dia, organizando-o como um diário. Essa ação ajuda a organizar as ideias, consolidar os aprendizados, planejar o dia seguinte, registrar pensamentos, experimentar escritos pessoais e até produções artísticas, como poesias, paródias, versos de cordel, entre outras.

ORIENTAÇÕES PARA O TEMPO COMUNIDADE

É necessário realizar: o levantamento de informações sobre a comunidade; entrevistas com moradoras(es) antigas(os) ou que conheçam a história da comunidade; a elaboração de mapa falado; a identificação de pontos ou situações de risco para a saúde; vivências nas unidades do SUS; a priorização





de problemas em grupo; o planejamento de ações, entre outras. Em cada **Tempo Escola** seguinte ao **Tempo Comunidade**, os NBs apresentarão os trabalhos realizados.

PLANO DE AÇÃO

O plano de ação será elaborado desde o primeiro **Tempo Escola** e deverá partir da realidade das/dos educandas(os) para propor a solução de problemas comunitários. É importante que cada um/a atue na própria comunidade onde mora e, se isso não for possível, se associe a outras(os) educandas(os) que atuam em suas comunidades, formando grupos. Os grupos podem ser os mesmos dos NBs ou não, dependendo dos locais de atuação de todas(os).

O plano de ação deve ser composto por um diagnóstico inicial, onde deverá conter a análise da situação, deverá ser indicada a priorização de problemas, realizada a escolha do problema a ser enfrentado, assim como a elaboração de ações com responsáveis e tempo previsto para cada ação.

O plano de ação será o trabalho final do curso e precisa ser realmente colocado em prática por todas(os) as(os) envolvidas(os), além de outras pessoas da comunidade. Propõe-se que tenham resultados concretos, como, por exemplo, a construção de um conselho local de saúde ou um comitê em Defesa do SUS.

REDE DE AGENTES EDUCADORAS E EDUCADORES

A Rede de Agentes Educadoras e Educadores Populares é um dos grandes objetivos do curso! Como diz na portaria que institui o programa: “O Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde possui os seguintes objetivos: (...) constituir uma rede nacional de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde, voltada para o fortalecimento do SUS e o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis”. Em outras palavras, é a garantia de continuidade de um coletivo empenhado no fortalecimento do SUS e dos territórios. Essa rede não nasce da noite para o dia! Ela vai sendo feita em cada etapa do curso, em cada tempo comunidade, por cada Agente da turma quando constrói o Mapa Falante, as entrevistas, as visitas às UBS e aos conselhos de saúde, à cozinha solidária e outros espaços comunitários, chegando até a Mostra Estadual.





Ao longo do Curso, a Rede vai sendo construída ligando a comunidade, os movimentos sociais populares e o SUS através dos Agentes. É no agir que a trama se sustenta; o Agente é a mão que entrelaça, fazendo a proposta de rede deixar de ser apenas sonho para virar chão firme onde todos pisam.

A Rede em nível local é a continuidade da Turma de Agentes em um coletivo que conhece e relaciona as atividades já existentes no território (cursinho popular, cozinhas, assembleias populares, conselhos locais de saúde, etc) e as demandas da comunidade com o SUS, transformando essas necessidades em reivindicações para a rede local de atenção primária (UBS, etc) e/ou ações comunitárias.

Em nível Estadual, Municipal ou Regional em grandes cidades é a relação de uma turma de agentes com outras turmas organizando Feiras de Saúde junto ao SUS, campanhas de conscientização e/ou de denúncia, demandando providência de órgãos públicos na melhoria dos seus locais de moradia em relação a vigilância e/ou organização de ações dos Agentes no sentido de resolução dos problemas identificados.

Ao longo do tempo Comunidade e Tempo Escola deve ser pergunta frequente do(a) Agente: *Como faremos a Rede da turma após o Curso e com outras turmas? Qual papel da rede no nosso bairro, município ou Estado?* A Mostra Estadual será o primeiro feito dessa Rede Estadual, mas muitas outras atividades podem ser planejadas em rede.

**ESPERAMOS QUE VOCÊS GOSTEM
DESSE FORMATO DE CURSO E QUE
TODAS(AS) APROVEITEM BEM
O AGPOPSUS!**



PARA SABER MAIS



O QUE É MÍSTICA?

DAYANE STEFANY DOS SANTOS

Enfermeira pelo ICESP, Educadora Popular, Especialista em Saúde da Família e Educação Popular em Saúde pela Fiocruz Brasília, integrante do Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde - ANGICOS e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

A mística é uma atividade vivenciada por vários movimentos sociais populares, com base em experiências compostas de reflexões políticas e afetivas das lutas sociais, caracterizada pela implementação de atividades cênicas com a finalidade de representar a luta, a prática militante e a história conhecida e vivida (Barbosa, 2019, p. 10-11). A simbologia da mística pode ser enunciada e sentida como força motivadora para as atividades do dia e dos dias; sendo assim, as encenações e representações simbólicas constituem uma das faces do que é a mística.

SÃO ELEMENTOS SIMBÓLICOS UTILIZADOS NA MÍSTICA: ELEMENTOS DA NATUREZA, COMO FLORES, PLANTAS OU ÁRVORES, QUE REPRESENTAM CRESCIMENTO, RENOVAÇÃO OU A CONEXÃO DO MOVIMENTO; BANDEIRAS; REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E TEATRAIS OU ENCENAÇÕES QUE RECRIAM EVENTOS HISTÓRICOS, NARRATIVAS DE LUTA, CÂNTICOS, GESTOS, ENTRE OUTROS.

A mística desempenha papel fundamental nos espaços políticos, proporcionando uma dimensão simbólica e emocional que vai além da análise e discussão puramente intelectual. Integrada de forma efetiva às lutas dos movimentos, a mística é incorporada como ferramenta estratégica para fortalecer a coesão, a identidade e a motivação das(os) participantes através de espaços de mobilizações que acontecem antes de atividades.

Utiliza-se, dentro desses espaços, a criação coletiva de uma mandala, que é um elemento potente e místico – acrescentando uma dimensão visual e simbólica única. Ao incorporar diferentes núcleos, padrões ou elementos



culturais na mandala, é possível representar a diversidade dentro da turma, dos movimentos sociais envolvidos, tornando símbolo de inclusão e destacando a riqueza que surge da variedade de perspectivas e experiências. Esses elementos, quando combinados, criam uma experiência rica e simbólica que fortalece a identidade, a coesão e a motivação dentro do espaço.

A mística vai muito além de uma encenação (Bogo, 2010, p. 1). Ela é a motivação que nos faz viver a causa. É aquela energia que temos e que não nos deixa dizer não, quando nos solicitam ajuda. É a vontade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de querer ajudar e realizar coisas que façam a luta ser vitoriosa.



Ao início e ao final de uma atividade, a mística pode desempenhar papel fundamental na construção do coletivo, motivando ações, comunicando mensagens de maneira impactante e contribuindo para a eficácia e a longevidade do movimento.

A mística é, também, o otimismo e a gana que nascem da indignação contra todas as formas de injustiças e da perspectiva real de construir uma nova sociedade. Diante disso, a mística não pode ser pensada como simples animação ou dinâmica de grupo, deve ser usufruída como injeção de ânimo que tem base concreta e que dá garra e ousadia para lutar (Peloso, 1994, p. 5).

Diferentemente de outras formas de conhecimento, a mística potencializa em suas narrativas, muitas vezes poéticas, um sentido esclarecedor da realidade histórica, cristalizando e evidenciando em suas apresentações as principais contradições do sistema capitalista. Portanto, a mística pode apresentar estruturas concretas de uma luta interessada em construir uma organização consciente do papel político místico.

Evidenciando a atual conjuntura social, é essencial a compreensão da intencionalidade da mística dentro dos espaços políticos e atividades coletivas como **expressão da luta e estruturação de uma **ferramenta para transformação social**.**



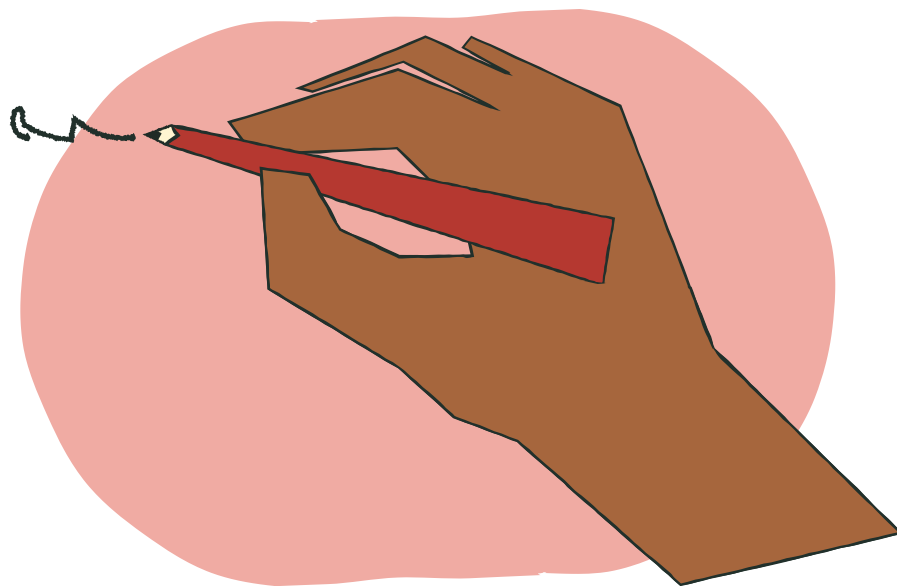


DE QUAL SISTEMATIZAÇÃO ESTAMOS FALANDO?

Falamos de uma concepção de sistematização que se fundamenta em uma proposta teórica e pedagógica da Educação Popular e, portanto, está mediada pelo diálogo e construção coletiva do conhecimento. A sistematização possibilita ao sujeito a experiência de refletir sobre a prática, identificar limites e possibilidades, fortalecer as capacidades individuais e coletivas, aprender novos conhecimentos, documentar a experiência, propor mudanças, rupturas e reorientações, além de elaborar materiais e produtos comunicativos.



SISTEMATIZA QUEM VIVENCIA A EXPERIÊNCIA. ENTÃO, AS(OS) EDUCANDAS(OS) TÊM LEGITIMIDADE PARA FALAR SOBRE O PROCESSO VIVIDO. UM(A) FACILITADOR(A) EXTERNO(A) PODE AJUDAR NO PROCESSO.



Vamos apresentar os conceitos do educador Oscar Jara e da educadora Elza Falkembach, mas não se esqueça: existem muitas outras formulações, porque esse é um conceito em construção.



A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo nelas vividos: os diversos fatores que intervieram, como se relacionam entre si e por quê o fizeram desse modo.

A sistematização das experiências produz conhecimentos e aprendizagens significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e orientá-las para o futuro como uma perspectiva transformadora.

OSCAR JARA



A sistematização é uma arte de ampliar cabeças e de autorizar corpos a expressar necessidades, expectativas e vontades — movimento que solidifica os nexos entre reflexão e ação, teoria e prática; que cria identificações e dá sentido às vidas humanas.

ELZA FALKEMBACH



PARA QUE SISTEMATIZAR?

A sistematização de experiências pela Educação Popular está na pauta dos movimentos sociais populares e sindicais no nosso continente latino-americano desde o século passado. É necessário sensibilizar e reforçar a importância para essas organizações em sistematizar suas práticas. Por meio da sistematização, é possível:

1. Formar sujeitos de pensamento e ação, que fazem de suas práticas oportunidade de estar no mundo de forma reflexiva e positiva;
2. Favorecer o diálogo entre os sujeitos, apontando para a intencionalidade de gerar subsídios para mudanças nas práticas cotidianas;
3. Compreender profundamente as experiências para saber no que é possível melhorá-las;
4. Contribuir com a reflexão teórica surgida das experiências;
5. Produzir conhecimento coletivo;
6. Retroalimentar orientações e diretrizes de projetos ou instituições;
7. Fortalecer a identidade coletiva de uma instituição;
8. Trocar e compartilhar aprendizagens com outras experiências.

COMO SISTEMATIZAR?

Existem várias propostas metodológicas de como realizar uma sistematização de experiências, conforme diferentes autoras/es da América Latina. Apresentaremos a seguir a **proposta em cinco tempos**, elaborada pelo sociólogo e educador popular peruano-costa-riquenho Oscar Jara. Esta não é, contudo, uma proposta definitiva. A intenção é que cada coletivo crie sua proposta metodológica, levando em consideração suas realidades.



PROPOSTA METODOLÓGICA EM 5 TEMPOS:

- 1. O PONTO DE PARTIDA:** a experiência
Ter participado da experiência
Contar com o registro da experiência

- 2. FORMULAR UM PLANO DE SISTEMATIZAÇÃO**
Definir o objetivo – para que queremos sistematizar?
Delimitar o objeto – que experiência queremos sistematizar?
Eixo da Sistematização – que aspectos centrais interessam mais?
Que fonte de informações temos e precisamos?
Que procedimentos vamos adotar e em que momentos?

- 3. A RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO**
Reconstruir a história da experiência
Ordenar e classificar a informação

- 4. AS REFLEXÕES DE FUNDO**
Processos de análise e síntese
Interpretação crítica

- 5. OS PONTOS DE CHEGADA**
Formular conclusões, recomendações e propostas
Definir estratégias para comunicar as aprendizagens e as projeções
Não ficar limitado a um produto final

SOLIDARIEDADE ATIVA

PRODUÇÃO COLETIVA DA CAMPANHA NACIONAL PERIFERIA VIVA¹

SOLIDARIEDADE É FAZER JUNTO, É SE RECONHECER NO OUTRO, NA MEMÓRIA COLETIVA, NA NOSSA COMUNIDADE.
E O QUE É COMUNIDADE, SENÃO COMUM UNIDADE?

Diante da realidade de exploração das/dos trabalhadoras/es e da expropriação da natureza pelo capital, bem como da subjetividade neoliberal que domina a sociedade neste tempo histórico, o projeto emancipatório de fortalecimento de vínculos, construção de afetos, cooperação no trabalho e de relações sociais justas só são possíveis com a vivência da **solidariedade**. É um princípio delineado pela própria (r)existência. Portanto, só é possível sua construção a partir do alinhamento entre a prática e a teoria no coletivo.



A expressão r-existência, difundida por Porto-Gonçalves (2006, p. 165), aponta que a colonialidade entrelaça matrizes de racionalidade subalternizadas que tanto resistem quanto r-existem desde o estabelecimento do

¹Assim que a pandemia de Covid-19 foi deflagrada no mundo e no Brasil, a sociedade civil se organizou em ações de solidariedade na arrecadação e distribuição de alimentos e material de higiene pessoal, confecção de máscaras de proteção individual. Essas ações se articularam em uma Campanha Nacional Periferia Viva, organizada pelo Movimento Brasil Popular, Levante Popular da Juventude, Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento pela Soberania na Mineração, Escola Nacional Florestan Fernandes e Escola Nacional Paulo Freire.



mundo moderno-colonial; ou seja, agem tanto na reação reflexa a uma ação anterior (resistência), quanto numa forma de existir ancorada numa “determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (r-existência). Ressalta-se que a luta dos povos e comunidades dissidentes, pelo seu modo de viver e existir, dá-se enquanto uma ação insurgente diante do momento que “se viram em grande parte forçadas a viverem como populações pobres das periferias urbanas em habitações subumanas paradoxalmente mais suscetíveis a situação de riscos ambientais do que quando estavam nas áreas rurais, nos campos e nas florestas” (Porto-Gonçalves, 2012, p.39).

A história do Brasil apresenta diversos exemplos de ações solidárias comprometidas com a transformação social de seu povo. As mulheres camponesas e suas formas coletivas de vivenciar a realidade, dividindo o pão e o alimento, cuidando da criançada, fazendo xarope para quem fica gripado, são um exemplo. São essas mulheres que constroem formas solidárias de trabalho que inspiram a seguir “fazendo junto” e valorizando o que importa na sociedade. A pandemia de Covid-19 mostrou que o cuidado é necessário para a humanidade, então, deve ser reconhecido e garantido enquanto direito. Ou seja, os cuidados baseados na solidariedade, realizados principalmente pelas mulheres, são transformadores. É ação na transformação do mundo que envolve pensar, planejar, executar e avaliar.

Os exemplos históricos apontam a necessidade da organização e de trabalhos coletivos em que se possibilite a vivência de princípios humanos e justos. Por isso, em momentos tão difíceis nos quais imperam a fome, as tristezas, a ansiedade e as violências, vale pensar e construir ações solidárias em que as pessoas que as protagonizam possam se colocar umas no lugar das outras, sentir suas dores, tomar para si suas lutas e lutar junto. Além disso, também comemorar junto, socializar sorrisos e alegrias a cada conquista e realização coletiva. É construir com a(o) outra(o) as saídas coletivas.





Solidariedade é socialização do que temos, no seu sentido mais amplo, não doando o que nos sobra, mas partilhando. É o que nos faz crescer junto!



Importa considerar que a estrutura social e a realidade subalterna em que vivem os povos e comunidades dissidentes, sugere que a realidade não é tão livre e, por ser desigual e iníqua, não produz oportunidades para todas as pessoas da mesma maneira. Espera-se que isso seja visto ao longo dos encontros desse curso.

Por isso, a solidariedade é essa possibilidade de nos defrontarmos com essa realidade e fazermos de forma diversa, sonharmos, lutarmos, nos indignarmos e isso só se torna possível se for coletivamente. Considerando todos os sujeitos e a natureza, a partir dos biomas e da diversidade: construindo o movimento vivo da realidade “com pedras, noites e poemas”, como já dizia o poeta Leminski.



**SONHO QUE SE SONHA SÓ
É SÓ UM SONHO QUE SE SONHA SÓ
MAS SONHO QUE SE SONHA JUNTO
É REALIDADE**



RAUL SEIXAS





CIRANDA INFANTIL E APRENDER BRINCANDO

JOSELEIDE LINS DA SILVA

Conhecida como Vinha, integrante da Brigada Popular Solidária Dom Hélder Câmara e coordenadora da Cozinha Popular Solidária dos Milagres/Ibura – Mãos Solidárias Pernambuco.

ALESSANDRA MARIA DA CONCEIÇÃO

Conhecida como Alê, Assistente social, integrante da Brigada Popular Solidária Dom Hélder Câmara no território Olinda Paulista – Mãos Solidárias Pernambuco.

A ciranda infantil é um espaço de acolhimento e desenvolvimento cultural e sociopedagógico de crianças. Além do acolhimento das crianças, a ciranda infantil é uma estratégia de participação de mulheres nas formações e discussões políticas de Educação Popular.

A ciranda infantil é uma oferta de cuidado para garantir a participação das mulheres nos espaços de formação. Muitas vezes o cuidado com as crianças, que podemos chamar de trabalho de cuidado, envolve ações cotidianas como acompanhar, alimentar, proteger e acolher as crianças. Esse trabalho é essencial para a vida em sociedade, mas historicamente tem sido assumido quase exclusivamente pelas mulheres, especialmente pelas mães. Quando o cuidado fica concentrado nelas, muitas acabam tendo dificuldades para participar de atividades de formação, reuniões e espaços coletivos. Nesse sentido, esse espaço infantil cumpre um papel fundamental: ao garantir um ambiente seguro e acolhedor para as crianças durante as atividades formativas, ela possibilita que as mulheres participem com mais tranquilidade, fortalecendo sua presença, seu aprendizado e sua atuação coletiva. Assim, a ciranda não é apenas um apoio logístico, mas uma condição concreta para ampliar a participação das mulheres nos processos de formação e organização comunitária.

O QUE É TRABALHO DE CUIDADO?

O trabalho de cuidado é o conjunto de atividades cotidianas necessárias para garantir a vida, o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, como cuidar das crianças, preparar alimentos, acompanhar na saúde, apoiar emocionalmente e organizar a rotina diária. Ele é fundamental para o funcionamento da sociedade e para a reprodução da vida.





Para acontecer, a ciranda precisa de um lugar, podendo ser diversos espaços, como: salas, embaixo de árvores, em becos ou em qualquer outro espaço físico onde se promova o acolhimento de crianças com a promoção de diálogos e incentivo ao empoderamento das(os) pequenas(os) em processos socioeducacionais, além de momentos de valorização da cultura local e de reconhecimento das identidades.

Esses espaços precisam ser permeados com os objetivos que vão desde a socialização, recreação e lazer, até a construções de cuidados e respeitos. A pessoa educadora responsável pela ciranda infantil precisa estar sempre atenta a possíveis situações de riscos e vulnerabilidades, a fim de gerar espaços mais acolhedores e seguros para a socialização das crianças.

POR QUE OS ESPAÇOS PRECISAM DE UMA CIRANDA INFANTIL?

Além do desenvolvimento multifacetado das crianças, um dos objetivos da ciranda é possibilitar a presença das mulheres, sejam elas mães, irmãs, tias, avós ou cuidadoras de crianças, em espaços de participação educacional, política e coletiva – como formações, diálogos e construções de melhorias da vida em sociedade.

A população brasileira é constituída majoritariamente por mulheres. No entanto, as representações em espaços políticos e acadêmicos são masculinos e compostos, em sua maioria, por homens. Assim, é necessário criar estratégias para garantir às mulheres a participação e construção de conhecimento em suas múltiplas realidades.





COMO ORGANIZAR UMA CIRANDA INFANTIL?

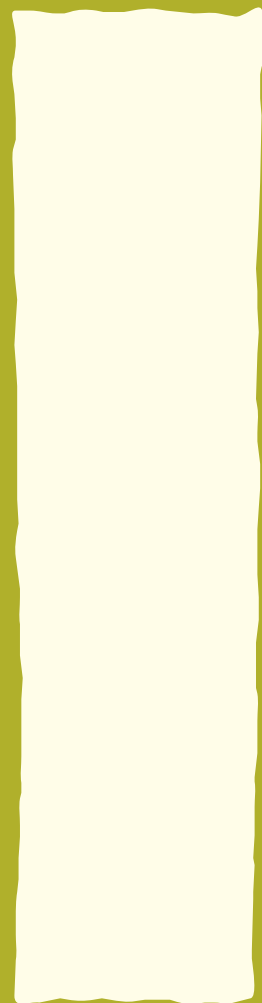
A ciranda se faz a partir de demandas concretas, **levantando quantitativos de crianças e idades**, pensando em quais pessoas podem assumir, ficar à frente do espaço e do processo, observando a proporção de 6 crianças para 1 pessoa e, no máximo, 10 crianças por pessoa, considerando idade e demandas específicas de cada criança. A ciranda deve funcionar só nas horas de estudos teóricos ou práticos, dissolvendo-se nas refeições e tarefas práticas de cada NB, voltando os cuidados para suas(seus) respectivas(os) responsáveis.

Como se trata de crianças, é importante **utilizar materiais criativos**, brincadeiras, músicas, desafios, gincanas, conhecimentos, montar apresentações e pesquisas entre elas. Se possível, utilizar cores, criatividade, contação de histórias, dialogar sobre direitos e deveres das crianças. As possibilidades são infinitas, devendo-se, na medida do possível, fazer agrupamentos menores para propiciar o diálogo e o cuidado entre as crianças, assim como processos de socialização e apresentações em conjunto. Importante ouvir o que elas demandam e colocar as possibilidades para que criem as escolhas mais coletivas possíveis.

Ter paciência, gostar e entender alguns processos da Educação Popular será importante para quem deseja estar à frente, mas mesmo sem as habilidades e técnicas, as possibilidades são de construções a partir do fazimento.



EIXO TEMÁTICO



EIXO TEMÁTICO I:

EDUCAÇÃO POPULAR E O QUE É SER AGENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

Objetivo geral: construir uma concepção coletiva sobre o que é ser Agente de Educação Popular em Saúde (AgPopSUS).

SUBTEMA	OBJETIVO	CONTEÚDOS
O que é ser agente?	Discutir o que é ser agente, dificuldades e potencialidades;	Definições de agentes já existentes; O(a) Agente de Educação Popular em Saúde;
Educação Popular	Conhecer a proposta da Educação Popular e sua aplicação na saúde;	Educação Popular (o que é educação popular em saúde; trabalho de base ou enraizamento do trabalho no território após o curso);
Papel do(da) Agente	Construir o papel do/da agente de Educação Popular em Saúde.	Experiências de agentes já existentes.

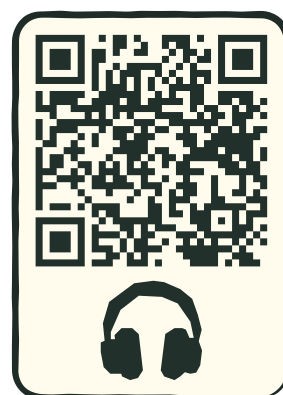


TEMPOS EDUCATIVOS	DURAÇÃO
Mística e Boas-Vindas	30 min
O que já sabemos sobre o tema	60 min
Sistematização do conhecimento	180 min
Orientações para o Tempo Comunidade	60 min
Avaliação	40 min
Mística final	10 min
Intervalos (manhã e tarde)	20 min para cada

PARA ATIVIDADES PLANEJADAS, O(A) EDUCADOR(A) VAI PRECISAR DOS SEGUINTE MATERIAIS:

- 1 caixa de som
- 1 mural com 4 folhas de papel kraft ou pardo na parede
- 50 pedaços de cartolina em branco (tarjetas prontas 21x10 cm ou cortada)
- 1 unidade de fita, cola ou cola spray própria para tarjetas
- 10 lápis coloridos do tipo piloto

PRIMEIRO MOMENTO: QUEM SOMOS NÓS? NOS CONHECENDO COMO GRUPO E CONHECENDO O CURSO



CANÇÃO DA TERRA O TEATRO MÁGICO

Tudo aconteceu num certo dia
Hora de Ave Maria, o universo vi gerar
No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome e o lugar
Era Terra, Terra, Terra, Terra
E fez o criador a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra, Terra, Terra, Terra
Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos

O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À Terra, Terra, Terra, Terra
Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À Terra, Terra, Terra, Terra, Terra
Terra, Terra, Terra, Terra, Terra...

**Compositor: Pedro Munhoz
Barbosa Filho**

PARA O(A) EDUCADOR(A)

Convide alguém para fazer a abertura das atividades e explicar sobre como será desenvolvido o curso e o projeto. Essa pessoa pode ser alguém da coordenação estadual do programa AgPopSUS, por exemplo.

Para as boas-vindas, utilizar a dinâmica da história dos nomes:

1. Organize as(os) participantes sentadas(os) em círculo;
2. Convide cada pessoa a falar seu nome e a contar a história do seu nome;
3. Incentive todas as pessoas a falarem (isso pode ser feito primeiro pelo(a) educador(a), para que todo mundo entenda a dinâmica);
4. Levante perguntas como: onde nasceu? Quem escolheu o seu nome? Qual o significado desse nome? Vem de alguma música, artista ou livro? Conhece outras pessoas com o mesmo nome que o seu?

É feito isto até o final da roda, com a finalidade de “quebrar o gelo”.

PARA O(A) EDUCADOR(A)

Reservar um tempo para a explicação sobre a dinâmica interna de funcionamento da turma durante o curso — fazer um pacto de convivência, explicar o que é Mística, Tempo Escola, Tempo Comunidade, sistematização, o que é o Núcleo de Base (NB), organização das tarefas e das atividades, sugerir criação de nome para a turma e para os NBs; criar a identidade do NB. Não precisa ser um só momento, pode dividir em várias ocasiões.



SEGUNDO MOMENTO: QUEM É E O QUE FAZ UM/A AGENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE?



1. O(a) educador(a) deve fazer a pergunta: **“O que vocês acham que devem fazer as(os) Agentes de Educação Popular em Saúde?”** e conduzir a discussão entre as(os) participantes, explorando a relação com a comunidade e a história de atuação dos movimentos.

Não esqueça: é necessário **anotar as palavras-chave** que surjam das respostas em um **mural de papel**, que deverá estar montado na parede.

2. Agora que você, educador(a), já levantou a compreensão prévia do grupo, vamos discutir o que as(os) Agentes podem fazer?

Distribua tarjetas para que todas(os) as(os) educandas(os) possam escrever nelas as possibilidades de ações das(os) Agentes que elas/es acreditam. As palavras ou frases das tarjetas serão lidas pelo(a) educador(a) e, se for de consenso do grupo, coladas no mural de papel, formando um cartaz – que deve permanecer todo o curso na parede da sala;

Recorte as frases a seguir e distribua as tiras de papel entre as(os) educandas(os). Perguntar o que cada um/a acha do texto na tarjeta em comparação com como ele/a vê as ações do(a) Agente de Educação Popular em Saúde na sua comunidade, fazendo a discussão entre o que achavam que era antes e depois de lerem as tarjetas.

ÍMPORTANTE: TODOS OS SABERES E NÍVEIS DE LEITURA DOS(AS) EDUCANDAS(OS) PRECISAM SER RESPEITADOS. O(A) EDUCADOR(A) DEVE ESTAR ATENTO(A) PARA A PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO DE TODAS AS PESSOAS DO GRUPO.



Seguem as possibilidades de ações dos(as) Agentes de Educação Popular em Saúde , os AgPopSUS:

1	Saber como estão as pessoas da sua rua, passando casa a casa ou conversando em outros locais de convívio comunitário;
2	Conhecer as demandas e necessidades da comunidade quanto às condições de saúde, acesso à alimentação e água, trabalho, renda, transporte, saneamento, rede do SUS, e condições de moradia;
3	Identificar e mapear os recursos e saberes comunitários de saúde, como: pessoas que desenvolvem práticas populares, erveiras, rezadeiras, parteiras, igrejas, escolas, terreiros, grupos e coletivos culturais etc;
4	Mobilizar as pessoas da comunidade quanto aos cuidados com a saúde articulando com a rede do SUS, em parceria com as(os) Agentes Comunitários de Saúde (ACS);
5	Distribuir material de informação, produzir e divulgar em programas de rádio comunitária, lives, com informações confiáveis, quando possível, em parceria com as Unidades de Saúde da Família, Organizações da Sociedade Civil e Centros de Referência de Assistência Social;
6	Promover ações em defesa da ciência, dos saberes tradicionais e populares, da diversidade, equidade e combate às notícias falsas (<i>fake news</i>);
7	Mobilizar e organizar a comunidade para garantia de direitos sociais, por meio do incentivo à participação popular e o controle social, nos conselhos locais, nos conselhos municipais, conferências, assembleias e câmaras legislativas, entre outras;
8	Ajudar a organizar iniciativas de combate à fome, tais como bancos de alimentos populares, hortas agroecológicas e cozinhas solidárias no território, dentre outras, articulando com políticas redistributivas;
9	Compor ações solidárias em situações de emergência sanitária, ambiental e social;
10	Desenvolver plano de ação coletivo a partir do levantamento das demandas e necessidades da comunidade;
11	Incentivar e valorizar as práticas tradicionais e populares de cuidados, a comunicação e a educação popular em saúde;
12	Animar e apoiar iniciativas de promoção da saúde, vigilância popular e desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis;
13	Propor e contribuir em formações e vivências com base nas políticas nacionais de educação popular, educação permanente e de promoção da equidade com lideranças comunitárias e atores e atrizes dos movimentos sociais populares;
14	Estimular o protagonismo e a participação das juventudes, das mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, populações periféricas, LGBTQIAPN+ e pessoas com deficiência nas ações desenvolvidas nos territórios.



TERCEIRO MOMENTO: LEITURA COLETIVA



O/A educador(a) deve dividir a turma nos NBs para o momento de leitura coletiva. Educadores/as devem pedir para os(as) educandos(as) para ler o texto “O Agente como educador popular”, na pág. 67, de autoria de Paulo Cerioli.

1. Nos grupos, cada educando(a) escuta e acompanha a leitura, anotando no caderno o que não compreender.
2. Discutir no NB o conteúdo do texto e comparar com o cartaz feito pela turma. E analisar: vamos propor mudanças após a leitura do texto? Cada grupo deve se preparar para apresentar a discussão para a turma inteira.

QUARTO MOMENTO: COMO FAZER O TRABALHO PAUTADO NA EDUCAÇÃO POPULAR?



Se o momento acontecer após o almoço, faça uma dinâmica para que todas as pessoas presentes possam despertar.

Sugestões: algum movimento físico, exercício, dança circular, alongamento, cantoria de músicas do seu movimento popular e da sua região etc.





Continuando as atividades, sugira que as(os) educandas(os) retirem das tarjetas presentes no mural palavras que representem EDUCAÇÃO POPULAR. Estas palavras soltas devem ser colocadas em outro mural, em que vai estar escrito: “Educação Popular em Saúde”. O(a) educador(a) pergunta se foi suficiente ou se querem acrescentar mais palavras que representem a Educação Popular EM SAÚDE. O objetivo é apontar especificidades das duas perspectivas e promover uma pequena discussão sobre o exercício.

1.

Em seguida, o(a) educador(a) deve apresentar brevemente o histórico e os princípios da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, a PNEPS-SUS, a partir do texto “Reafirmando a potência do referencial da educação popular em saúde no desenvolvimento do AgPopSUS”, na pág. 24, na seção “marco referencial e metodológico” e nos seus próprios conhecimentos.

2.

Estimular a turma a refletir a relação entre o papel do agente como educador(a) popular e a PNEPS SUS, identificando pontos de união, potencialidades desse diálogo.

Para facilitar essa reflexão com a turma, você pode lançar estas três perguntas disparadoras:

Onde o nosso trabalho se encontra com o que a PNEPS defende? (Para identificar os pontos de união).

O que o nosso jeito de educar traz de força para o SUS? (Para identificar as potencialidades).

Como a rede se fortalece quando a gente “dá o nó” entre a saúde e a vida da comunidade? (Para consolidar o papel do agente).

1. Diálogo
2. Amorosidade
3. Problematização
4. Construção compartilhada do conhecimento
5. Emancipação
6. Compromisso com a Construção do Projeto Democrático e Popular

A (o) educadora (o) pode colar tarjetas com os eixos da cada pergunta (pontos de união, potencialidades e rede) e estimular que os (as) educandos (as) coleem em cada coluna como eles acham que podem materializar esses eixos no seu trabalho como agentes.



O que é e pra que serve a Educação Popular?

Em seguida, cada NB deve apresentar para a turma as suas respostas e a turma deve debater as respostas no grande grupo.

QUINTO MOMENTO: PROMOVENDO DIÁLOGOS NO TERRITÓRIO



Formular um Roteiro de Diagnóstico e Mobilização Territorial, com o objetivo de construir um levantamento das necessidades e problemas do seu território;

Identificar quais os subsídios e as ferramentas que as(os) AgPopSUS precisam para desenvolverem seu papel.

EXEMPLO DE ROTEIRO:

- 1)** Qual o tamanho da comunidade? Quantas pessoas? Quantas famílias? Qual a área? Tem comunidades dentro de uma grande comunidade ou bairro?
- 2)** Qual o tipo de comunidade: bairro periférico? Área camponesa? Quilombola? População de rua? Ribeirinha? Pescadores? Marisqueiras?
- 3)** Quais os equipamentos sociais disponíveis na comunidade? posto de saúde, hospital, CRAS, CREAS, terminal de ônibus, comércio, escolas, creches etc.
- 4)** Quais os problemas mais importantes dessa comunidade? Os problemas são consenso entre os moradores?
- 5)** Quais as potencialidades do território? Associação de moradores, coletivos culturais, educação, pessoas, ONGs, recursos naturais, praças?
- 6)** Quais os sujeitos que atuam na comunidade? Quem tem poder para mudar a realidade? Quais os aliados e parceiros que podem ser conquistados? Identifique, sejam eles públicos ou privados.
- 7)** Onde posso procurar mais informações sobre o território da comunidade?

SEXTO MOMENTO: TEMPO COMUNIDADE



A partir do roteiro, vamos criar um diagnóstico participativo, um levantamento dos dados do território para elaboração do **mapa falante**. Resumir as respostas às questões do roteiro para apresentar no próximo módulo.

O **Mapa Falante** é um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. É uma ferramenta que permite discutir diversos aspectos da realidade de forma ampliada. O Mapa vai ser a primeira parte do **Plano de Ação** a ser desenvolvido durante o curso.

O que é um mapa falante? **À primeira vista** parece óbvio, é um mapa que fala. E o que nosso mapa pode falar?

Esse mapa pode nos contar como se leva a vida em um certo território. Tem o objetivo de ser construído de forma participativa, construído pelas(os) diversas(os) moradoras(es) e trabalhadoras(es) do território.

Onde e como se vive, como é esse lugar desde seu surgimento, ocupação, organização da comunidade, seus aspectos culturais e movimentos sociais e comunitários. Quais políticas públicas estão presentes? Quais os cheiros, os sons, as paisagens que identificam o lugar? Que outras perguntas pode-se fazer sobre o lugar, sobre o território?

A seguir, deixamos um breve roteiro para levantar os conhecimentos sobre o território para transformá-los em um **Mapa Falante**.

O mapa irá retratar o território e “falar sobre ele”: é um exercício que auxilia na compreensão e no distanciamento da realidade, ajuda a olhar para a complexidade e para a reflexão sobre a realidade, incluindo a realidade da saúde local.

Entre as características do território a serem levantadas, podem-se destacar:

- A história da comunidade;
- A distribuição da população e os tipos de moradias;
- Identificação de áreas de vulnerabilidade e risco;
- As principais ruas e vias de acesso e o tipo de pavimentação;



- As características do terreno do território;
- O abastecimento de água e de esgoto;
- A coleta de lixo;
- As características em relação ao uso e à ocupação do território;
- Outros aspectos considerados relevantes.

A descrição inicial pode ser auxiliada por fotografias e vídeos, o que facilita a apresentação. Outros dados fundamentais para a elaboração do mapa falante dizem respeito a:

- Demografia (número de pessoas, quantos homens, mulheres, idosos, crianças, aspectos de raça/cor da população, etc);
- Aspectos socioeconômicos (renda, trabalho);
- Aspectos Culturais (religiões, festas, músicas, costumes, tradições, jeito de falar, etc.);
- Aspectos epidemiológicos (doenças da população no território em um certo tempo);
- Educacionais (nível de escolaridade, formação).

Em resumo, o **Mapa Falante** é um instrumento para um conhecimento participativo do lugar que vivemos, de seus problemas e potencialidades a partir dos diversos olhares e compreensões da comunidade e dos trabalhadores do território, sejam eles trabalhadores de saúde, educação e outros.

1ª SISTEMATIZAÇÃO: LEMBRAR ÀS/FIOS EDUCANDAS(OS) QUE É PRECISO FAZER A SISTEMATIZAÇÃO DOS APRENDIZADOS TANTO DO TEMPO ESCOLA, QUANTO DO TEMPO COMUNITÁRIAS. ORIENTA-SE ESCREVER UM POUQUINHO TODOS OS DIAS, RELATANDO O QUE FEZ EM RELAÇÃO AO CURSO, DIFICULDADES E FACILIDADES DE FAZER O MAPA, O QUE ENTENDEU E NÃO ENTENDEU, COLOCANDO FOTOS, POESIAS, CORDÉIS, TEXTOS, OU QUALQUER COISA QUE LHE MARCOU NO DIA.

SÉTIMO MOMENTO: RODADA DE AVALIAÇÃO DO EIXO



As(os) Educadoras (es) devem mediar uma roda de diálogo com as seguintes perguntas:

- O que você mais gostou no dia de hoje?
- O que não foi tão bom?
- Sugestões de como melhorar?
- Como se sentem após terem adquirido essas informações?





oitavo momento: MÍSTICA DE ENCERRAMENTO



Leitura do poema:

RESISTÊNCIA E POESIA

(Elias José da Silva)

Meus amigos e amigas
Vejam só que história boa
eu tenho pra contar
É uma história de saúde
Com tomada de atitude
Com mistura de linguagens
Onde a arte e a cultura
Lubrificam as engrenagens
Onde o saber popular
E o saber acadêmico
Interagem e reagem
Interação, Integração
Saúde e cultura emergentes
Permanente e popular
Fios de uma mesma tessitura
De uma rede construída
Pelo saber de muitas mãos
Educação na saúde
Saúde na educação
De forma entrelaçada
Pela participação
Uma rede de cuidado
Uma rede de atenção
O saber compartilhado
Trilhas do aprendizado
Mística da humanização
E os trabalhadores e usuários
Ampliando seu olhar
Nesta metodologia

De aprender e ensinar
Conselheiros e usuários
Gestores e servidores
Constroem no dia a dia
Os saberes e os sabores
E assim cada território
Deste Brasil continental
Configura sua rima
Sem tremores e abalos
Os olhares se iluminam
Para que as ações coletivas
Se façam mais resolutivas

E essa luta é decisiva
Sem disputa de terreiros
Valores que aqui tecemos
Reflitam no mundo inteiro
Mas, meu amigo, minha amiga,
Que história boa é esta
Que eu tenho pra contar?
Se alguém não entendeu,
Há muito ainda o que dizer
Há muito ainda o que fazer
Há muito ainda o que pensar
Há muito ainda o que cantar!
Final, esta é uma longa história
De saúde, cultura e educação
popular!





TEXTO I

O(A) AGENTE COMO EDUCADOR(A) POPULAR

PAULO CERIOLI

Educador Popular, integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Campanha Mãos Solidárias

QUEM É O(A) AGENTE POPULAR

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...

(Paulo Freire)

Esperar e agir – são opostos? Posso esperar enquanto ajo, ou agir enquanto espero? Para Paulo Freire, o verbo é diferente: esperançar.

Somos ensinados a sermos pacientes: paciente de alguém que age sobre nós, ficando à espera de que alguém resolva os nossos problemas. Pacientemente, esperamos. E não basta eu dizer, “eu sou agente”, pois precisamos nos forjar agentes.

O(A) agente não nasce pronto(a), mas aprende a ser, agindo. Na ação, buscando caminhos, caminhando, interagindo, propondo, articulando... O(A)





agente popular é movido(a) por indignação com ou contra determinadas situações e pela solidariedade. Ele(a) acredita na potencialidade das pessoas em construir o seu próprio destino.

Agente é quem age. Mas é **quem age para que outros(as) passem a agir**. Ele(a) age **com** os(as) outros(as) (construindo juntos(as)) e não para os(as) outros(as) (dando pronto). É alguém que articula e organiza pessoas para a ação. É alguém que forja em si uma consciência social organizativa, pois foi além da mera consciência social crítica (que sabe as determinações dos problemas e os respectivos responsáveis).

O(A) agente não dá nada já pronto. Ajuda a perceber, a maturar ou analisar, a buscar condições, a perceber possibilidades de ação ou reação. Sabe animar/encorajar e aglutinar. Mas não é um(a) aventureiro(a): propõe ações calculadas (quanto à possibilidade de êxito) que passam a ser planejadas em conjunto.

Por ser humano(a), não aceita desumanidades. Solidariza-se (assume a causa do outro), luta pela vida (a partir de baixo, juntos(as), unidos(as), pela democracia (para todos(as) terem saúde, escola, moradia, trabalho e renda etc.) e quer forjar um mundo mais humano, que não seja pautado pelo capital.

Nesta sua caminhada, atua como educador(a), ajudando e aprendendo, e contribui para a formação do ser humano, em si e nos(nas) demais. Ninguém está pronto, mas sempre em construção.

Ser agente é ser fermento na massa: atua a partir de dentro, junto. Se ficar de fora (não se inserir), vai procurar influenciar e manipular, para tentar conduzir. Ser agente popular é entrar com os dois pés, mãos, corpo inteiro, procurando não se contaminar: não é para ser mais um(a), mas para fermentar a reflexão e a construção de caminhos que visam transformar.

Enfim, a relação entre o(a) agente e o povo não pode ser entre quem sabe (está cheio) e quem não sabe (está vazio) e que se resume em repassar conteúdo (transferir dados) ou conscientizar e libertar o povo, pois se torna um processo de imposição e domesticação. Sabemos que todos(as) sabem alguma coisa (fruto de aprendizados) e que há saberes diferentes (por terem vivido diferentes experiências), mesmo entre quem tem um saber vulgar (povo) e quem tem um saber acadêmico ou científico (agente).

Não podemos cair numa visão dualista, de que o povo tem uma consciência cheia de erros e equívocos e que o saber científico é o único saber autêntico (legítimo). Este dualismo nos leva a querer salvar o povo das trevas da





ignorância e da superstição e, para resolver isto, apenas garantir o acesso aos clássicos (dar conteúdo).

Também não podemos achar que existe um antes e um depois: de que o povo é ingênuo e que, após a nossa intervenção, ele se tornaria crítico. De que o saber do povo é autêntico, mas inferior, é de que ele precisaria receber “um programa” que elevaria a sua consciência (incorporaria novos elementos). O povo não é uma massa inerte que precisa ser adestrada.

Nossa postura é a de fazermos um “diálogo de saberes” e, nele, fazer a ativação externa de forças internas (gerar um processo reflexivo, provocador de novas sínteses) que permitam a formação de sua consciência e, ao perceberem dialeticamente a realidade (em sua historicidade e materialidade), gerar mecanismos de superação, com uma crítica que propõe alternativas e com formas organizadas de ação.

EDUCAÇÃO É FORMAÇÃO HUMANA

Educação é uma ação ampla que relaciona o ensinar e o aprender. Aprende-se com o exemplo e com o que se escuta e se compreende. O ser humano é uma espécie que tem a capacidade de se alienar: alguns decidem se desumanizar ao irem desumanizando os demais.

Como nos formamos humanos? O que forma o ser humano? Para muitos autores, é o trabalho entendido como **práxis**, como capacidade de transformar a natureza e o mundo (sociedade). Para outros autores, é a cultura, ao perceber o comportamento ou modo de vida dos operários, dos trabalhadores, das diversas classes na sociedade. Para Paulo Freire é a capacidade de resistência dos oprimidos (um vulcão aparentemente adormecido). Para alguns movimentos sociais, é, ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada, o trabalho, a cultura, a organização coletiva, a luta social e a história, quando nos damos conta de que fazemos parte de um processo que tem raiz e tem projeto.

A educação visa à humanização, e isso passa pela leitura e compreensão do mundo, pela participação, pela emancipação, pela conquista dos direitos e, em última análise, pela transformação da sociedade.

Costuma-se dizer que os(as) educadores(as) são sujeitos da educação e, ao mesmo tempo, que os(as) educandos(as) também são sujeitos da educação: ambos(as) aprendem e ensinam. Então, qual seria o objeto da educação? A tendência é acharmos que é o conteúdo, mas na verdade são as **relações** com a natureza (de devastação ou de cuidado) e com as pesso-





as (de dominação ou de serviço) que nos ensinam a ser solidários(as) ou a querer “levar vantagem”, que nos ajudam a nos irmanar ou a nos segregar utilizando concepções machistas, racistas e homofóbicas, por exemplo.

O desafio é superar uma relação vertical e vivenciar uma relação horizontal.

0 QUE ENTENDEMOS POR EDUCAÇÃO POPULAR

Educação Popular é o esforço de mobilização, organização e capacitação das **classes populares**. É o povo educando, e não educar o povo.

É a capacidade de entender o que está acontecendo no presente (conjuntura), o que conduz a estes acontecimentos (estrutura) e o que aconteceu antes que nos levou até o momento atual (história). É saber ler a realidade na sua atualidade (contradições e forças sociais) e ser capaz de propor ações para alterar, em parte, esta realidade (conquistar direitos, fazer reformas) e a se organizar para lutar para a transformação (reformas de base, visando um projeto popular) com vistas a uma nova sociedade.

Educação Popular é preparar o povo para **construir um processo coletivo** de intervenção na realidade e de formação de sua consciência; para que seja sujeito de seu processo formativo.

Ela tem a ver com o entendimento da concepção de mundo, do senso comum, da ideologia e da consciência social atual e de como ir forjando uma consciência política crítica.

Algumas “pistas” nos ajudam a pensar no **Agente de Educação Popular em Saúde como um educador popular**. Para ser um agente, é preciso:

Ter disponibilidade (um tempo para isto) e vontade. Fazer parte é um compromisso com as(os) demais.

Reconhecer que tem uma experiência diferente (única) e, por isto, precisa cuidar para não dominar ou querer conduzir. Precisamos conhecer a nossa situação de classe (na qual nascemos e/ou nos encontramos); no caráter de classe (o modo de pensar e agir que assumimos – o dito pobre com cabeça de rico, por exemplo); e na opção de classe (se assumo como meu o projeto da classe trabalhadora).

Estar inserido no território onde atua. Não precisa morar lá. Mas precisa estar lá, conhecer e ser reconhecida(o). Não basta ir lá para fazer uma cam-





panha (que dura um tempo limitado) ou uma missão (realizar uma atividade) e depois voltar para casa. Inserir-se é fazer parte de um processo que tem data para começar, mas não para terminar.

Ter coragem de começar a atuar, mesmo sabendo que **não há receitas** e nem estamos lá para vender um pacote ou executar um roteiro. O que precisamos é planejar os passos que precisamos dar e correr riscos; mas o risco precisa ser calculado, pois não podemos ser irresponsáveis.

Lembrar sempre: Educação Popular é a arte de trabalhar com o povo: **aprende-se fazendo e refletindo sobre o processo**. O ponto de partida é a realidade concreta das pessoas.

Precisamos sempre nos lembrar de que estamos lá para trabalhar **com** o povo, envolvendo-o, para que se torne uma ação **do** povo no momento em ele assume como sua; jamais devemos trabalhar **para** o povo (nos querer fazer no lugar dele). Todos aprendem fazendo, ganhando experiência, e nós fazemos com eles.



EIXO TEMÁTICO

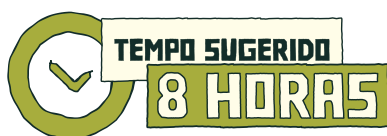
3

EIXO TEMÁTICO 2:

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Objetivo geral: refletir sobre quem é o povo brasileiro, o processo histórico de sua formação, mediando com a nossa própria experiência. Compreender melhor sobre o país em que vivemos e qual queremos.

SUBTEMA	OBJETIVO	CONTEÚDOS
De onde vem o povo brasileiro?	Discutir o processo de formação do povo brasileiro desde a colonização;	- Povos originários; - Colonialismo, violência e escravidão; - Resistências populares; - Marcas da colonização na formação do Brasil.
Em que país vive o povo brasileiro?	Refletir sobre as estruturas sociais que conformam a realidade brasileira;	- Transição do modo de produção escravista colonial para o capitalismo; - Racismo estrutural; - Patriarcado; - Latifúndio e dependência externa.
O que quer o povo brasileiro?	Pensar coletivamente as mudanças necessárias para um país igualitário e solidário.	- Papel e participação popular na construção de um projeto de país; - Pilares de um projeto popular para o Brasil.



TEMPOS EDUCATIVOS	DURAÇÃO
Mística e Boas-Vindas	30 min
O que já sabemos sobre o tema	120 min
Sistematização do conhecimento	180 min
Orientações para o Tempo Comunidade	60 min
Avaliação	40 min
Mística final	10 min
Intervalos (manhã e tarde)	20 min para cada



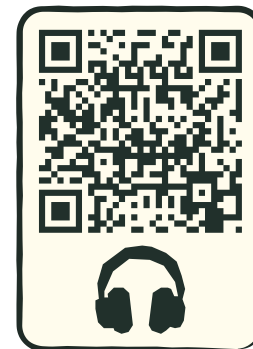
PARA ATIVIDADES PLANEJADAS, O(A) EDUCADOR(A) VAI PRECISAR DOS SEGUINTE MATERIAIS:

- 1 caixa de som
- 1 mural de papel na parede
- 1 mapa da comunidade, assentamento, acampamento, quilombo, etc.
- 10 lápis coloridos do tipo piloto
- Jornais e revistas
- Tesouras sem ponta
- Cola branca ou em bastão

PRIMEIRO MOMENTO: MÍSTICA E BOAS-VINDAS



Sugestão: todas as pessoas escutam, cantam e dançam a música “História para Ninar Gente Grande”, samba-enredo da Mangueira no ano de 2019.



HISTÓRIA PARA NINAR GENTE GRANDE ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA

Alô Mangueira
 Agora é a nossa vez
 Vem, vem, vem comigo
 Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis,
 jamelões
 São verde e rosa as multidões
 Mangueira, tira a poeira dos porões
 Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis,
 jamelões
 Brasil, meu nego
 Deixa eu te contar
 A história que a história não conta
 O avesso do mesmo lugar
 Na luta é que a gente se encontra
 Brasil, meu denço
 A Mangueira chegou
 Com versos que o livro apagou

Desde 1500
 Tem mais invasão do que
 descobrimento
 Tem sangue retinto pisado
 Atrás do herói emoldurado
 Mulheres, tamoios, mulatos
 Eu quero um país que não está
 no retrato
 Brasil, o teu nome é Dandara
 E a tua cara é de cariri
 Não veio do céu
 Nem das mãos de Isabel
 A liberdade é um dragão no
 mar de Aracati
 Salve os caboclos de julho
 Quem foi de aço nos anos
 de chumbo
 Brasil, chegou a vez
 De ouvir as Marias, Mahins,
 Marielles, malês

(Compositoras/es: Luiz Carlos Maximo Dias / Silvio Moreira Filho / Danilo de Oliveira Firmino / Deivid Domenico Ferreira Lima / Marcio Antonio Salviano / Ronie de Oliveira Machado / Tomaz Disitzer Carvalho de Miranda / Manuela Trindade Oiticica)





SEGUNDO MOMENTO: SISTEMATIZANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE



A partir da atividade realizada no Tempo Comunidade com o **Mapa Falante**, propõe-se iniciar este encontro com a construção de um mapa do território (assentamento, comunidade, quilombo, etc.), **destacando ou desenhando** os seguintes lugares: quais são os pontos que você levantou do roteiro do módulo anterior? Consegue colocar no mapa mercadinhos, bodegas, bares, pontos de espera de transporte, igrejas, campos de futebol ou campos de várzea, centro comunitário e sedes de associações, pontos turísticos e outros? Há escolas? Postos de saúde?

Quais são os lugares mais amados da comunidade? Quais os lugares de luta do movimento?

A proposta do mapa é fazer uma **cartografia coletiva** da comunidade, com todas as dificuldades e afetos do lugar onde se mora e pertence.

PARA O(A) EDUCADOR(A)

orientar perguntas no sentido de ampliar as demandas e questões da comunidade para um problema mais amplo da classe trabalhadora brasileira.

Para essa atividade, o(a) educando(a) pode soltar a criatividade! Pode fazer desenhos com canetas coloridas e ou usar gravuras de revistas.





TERCEIRO MOMENTO: QUEM É O POVO BRASILEIRO?



A história do povo brasileiro tem um percurso que precisa ser conhecido por todas e todos nós. Saber sobre a formação do povo brasileiro é saber a nossa própria história. Algumas questões podem facilitar o caminhar para sabermos sobre o povo brasileiro: de onde vem esse povo? O quê permanece do passado no presente? Quais são as origens das desigualdades, dos problemas, dos impasses com os quais o povo brasileiro se depara no cotidiano tão diverso de seu território? Estas questões podem ser resumidas em uma única pergunta básica: quem é o povo brasileiro? A resposta poderia ser bem simples: povo brasileiro é um conjunto diversificado de pessoas de diferentes origens étnicas, religiões, orientações sexuais, costumes, culturas e classes sociais que vivem em um território vasto e diverso.

**PARA O(A)
EDUCADOR(A)**

retomar a música apresentada na mística e discutir com o grupo qual a relação entre a música e o tema proposto. Pode usar a introdução do texto como base para a problematização com o grupo. Durante a discussão, o(a) educador(a) vai registrando as ideias trazidas pelo grupo em um quadro ou em tarjetas de papel.



Agora vamos para o Momento de Leitura do texto “A formação do povo brasileiro”, na pág. 89. Este texto é dividido em três tópicos, cada um dos NBs vai fazer a leitura coletiva da introdução do texto e um dos tópicos. Depois, cada NB vai ficar responsável por fazer um resumo da parte que tiver lido:

- A formação do povo brasileiro e a colonização do Brasil;
- Capitalismo, racismo e patriarcado;
- Construção de um projeto democrático e popular para o Brasil, conforme princípio descrito no art. 3º da PNEPSSUS.





Depois, a turma precisará ter um **momento de apresentação coletiva** da discussão do NB. A turma pode colaborar com comentários e, juntas(os), constroem o resumo.

QUARTO MOMENTO: O QUE QUER O POVO BRASILEIRO?



As/os educandas(os): Agora, vamos pensar juntas(os): quais são as mudanças necessárias para a construção do país que queremos? Neste momento, sugere-se cultivar uma árvore, elencando essas mudanças, que poderá ficar exposta no espaço da formação, junto ao mapa da comunidade elaborado no início. Aqui as(os) educandas(os) podem utilizar a criatividade, escolhendo o tipo de árvore da região ou a mais simbólica para toda a turma e escrever nas folhas, flores e frutos os desejos de mudanças que querem ver no país que queremos.

Antes de tudo, é necessário ver todo o ciclo de envolvimento para o cultivo dos sonhos, desejos, mudanças e árvores que se quer ver vingar. Aqui, sugere-se separar um vaso com os elementos principais dessa representação da árvore (tronco feito de um galho seco, coletado próxima do ambiente da atividade e as flores, frutos e folhas podem ser recortadas e desenhadas para que as(os) educandas(os) escrevam seu desejo).

SOLO/TERRA

O território para as sementes da mudança, onde as raízes criam forças e determinação.

SEMENTE/SOL/ ÁGUA

É o que possibilita o desenvolvimento do tronco que sustenta a firmeza do projeto coletivo, mesmo que com algumas pragas/desafios, é possível alcançar os objetivos.

FOLHAS/FLORES/ FRUTOS

É o que identifica e dá visibilidade à árvore. A copa da árvore representa os desejos de mudanças pretendidos para o país em que se quer viver.

PASSO A PASSO

1) Com um galho sem folhas, um balde ou vaso, areia, folhas ou flores, o(a) educador(a) pode montar um vaso com o galho enterrado, representando uma árvore seca.

Com as folhas A4, que podem ser coloridas ou brancas, o(a) educador(a) ou cada educanda(o) pode dobrar em três partes e cortar em formato de folha, flor ou fruto - se necessário, utilizar uma folha real como molde.

2) O(a) educador(a) deve entregar cada folha, flor ou fruto (papel, cortado previamente ou não) para um(a) educando(a) e pedir que escreva um desejo de transformação.

3) Em seguida, pede que cada um(a) se levante, fale o que escreveu, justifique e, com uma fita pré-cortada e que esteja em um local de fácil acesso, grude o cantinho da folha no galho.

4) Lembrar sempre de agradecer e reforçar a ação do(da) educando(a) de levantar-se, falar e contribuir com o espaço.

5) Após o fim de todas as falas, a árvore estará repleta de folhas e o(a) educador(a) pode fazer uma analogia com o fim de um inverno e a chegada da primavera ou com uma planta que precisa de cuidados para florescer, como os territórios.

MATERIAIS

1. 1 Vaso ou balde;
2. 1 galho seco ou sem folhas – pensar no tamanho do galho proporcional ao tamanho da turma;
3. Areia para preencher o vaso e fixar o galho;
4. Folhas ou flores para forrar o vaso;
5. Folhas A4 brancas ou coloridas;
6. Canetas, giz de cera, canetinhas coloridas;
7. Tesouras (se só tiver uma, o(a) educador(a) deve cortar previamente o papel);
8. Fita adesiva.

QUINTO MOMENTO: TEMPO COMUNIDADE



Agora que a turma já criou uma cartografia afetiva de sua comunidade, por meio do Mapa Falante, sugere-se entender de onde vem essa comunidade e de onde surgiu o seu lugar

Para a atividade de Tempo Comunidade, cada grupo deve visitar famílias e perguntar as histórias do lugar. Quem chegou primeiro da sua família? O que existia aqui antes? Periferia? Área de plantação? Incentiva-se a contação de histórias da comunidade de onde as(os) educandas(os) pertencem.

Deve-se pesquisar também: onde as pessoas se reúnem? Onde as pessoas jogam o lixo? Onde há água de poço ou água encanada? Há águas paradas? Onde há hortas comunitárias e mandalas de ervas medicinais?

Há pontos de risco de energia elétrica? Outros pontos ou situações de risco? Há pontos de consumo ou venda/compra de drogas? Bares ou venda de bebidas?

Onde se realizam as festas ou rituais dessa comunidade?

Para isso, depois de fazer as entrevistas, cada grupo precisa levar um ou mais objetos que representem a história desse lugar e, no próximo encontro, precisarão contar essa história a partir daquele objeto.

PARA O(A) EDUCADOR(A)

nesse momento, você pode incentivar trabalhos criativos por parte das(os) educandas(os). Se o seu grupo for de juventude, pode incentivar que produzam um vídeo, uma música, ou um quadrinho, por exemplo.

Essa é a **segunda parte** do **Plano de Ação** que as(os) educandas(os) deverão elaborar durante o curso. Atentem que desse levantamento podem surgir os problemas e a forma como priorizar os problemas. Neste momento, o grupo deve escolher o problema principal a ser trabalhado para já ir buscando formas de solucioná-lo.



2ª SISTEMATIZAÇÃO: LEMBRAR ÀS(AS) EDUCANDAS(OS) QUE PRECISARÃO FAZER A SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS, DO TEMPO ESCOLA E DO TEMPO COMUNIDADE. É IMPORTANTE ESCREVER UM POUQUINHO TODOS OS DIAS, NO CADERNO, COLOCANDO EXEMPLOS DE OUTROS MATERIAIS QUE TENHAM PRODUZIDO, COMO TRECHOS MARCANTES DE ENTREVISTAS, FOTOS, LISTA DE SITUAÇÕES DE RISCO ETC.

EXERCITANDO A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS...

Agora que já foi possível entender as atividades do Tempo Comunidade, vamos exercitar como faremos ainda neste encontro de hoje:

OFICINA PRÁTICA: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS



O(a) educador(a) vai pegar um objeto e, a partir dele, contar a história de onde ele(ela) é, buscando responder as perguntas: de onde a minha avó veio? E a minha mãe? E o meu pai? E eu? E as minhas filhas? E os meus filhos? Como era a minha comunidade antes da minha avó nascer? Como são as pessoas que moram na minha comunidade? Ricas? Pobres? Negras? Indígenas? Brancas?

Depois de assistir a contação de história do educador, ele(ela) vai chamar duas(dois) voluntárias(os) para fazerem a mesma contação de história sobre suas comunidades.

SEXTO MOMENTO: RODADA DE AVALIAÇÃO



Cada um(a) das(os) educandas(os) precisam responder às perguntas:

- Este eixo foi bom?
- O que foi ruim neste eixo?
- Como o eixo pode melhorar?





Em roda, o(a) educador(a) deve anotar as opiniões das(os) educandas(os), para levar em conta nos próximos eixos.

SÉTIMO MOMENTO: MÍSTICA FINAL

O(a) educador(a) pode perguntar se algum(a) das(os) educandas(os) toca um instrumento para cantarem juntos essa música. Se ninguém tocar, não tem problema, ela também fica muito legal na palma da mão.

A VIDA DO VIARJANTE **LUIZ GONZAGA**

Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações das terras
onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que
lá deixei

Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa, sigo o roteiro
Mais uma estação
E alegria no coração

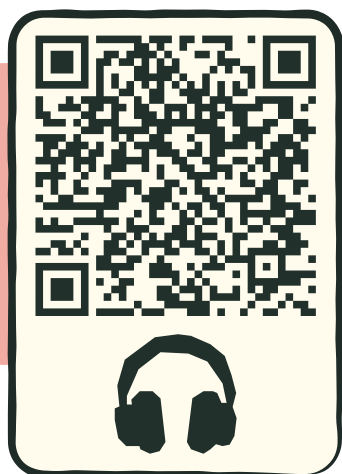
Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações das terras
onde passei
Andando pelos sertões e dos amigos que
lá deixei

Mar e terra, inverno e verão
Mostro o sorriso, mostro alegria
Mas eu mesmo, não
E a saudade no coração

Minha vida é andar por esse país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações das
terras onde passei
Andando pelos sertões e dos
amigos que lá deixei

Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa, sigo o roteiro
Mais uma estação
E alegria no coração





INDICAÇÕES DE FILMES E MÚSICAS SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

FILMES E DOCUMENTÁRIOS:

UMA HISTÓRIA DE AMOR E FÚRIA,
OLGA,
UTOPIA E BARBÁRIE,
CENTRAL DO BRASIL,
QUE HORAS ELA VOLTA,
JANGO,
BATISMO DE SANGUE,
O HOMEM QUE VIROU SUCO,
O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS,
SÉRIE GUERRAS DO BRASIL.

MÚSICAS:

BOA ESPERANÇA, EMÍCIDA,
A CARNE, ELZA SOARES,
IDENTIDADE, JORGE FRAGÃO,
PEQUENO PERFIL DO CIDADÃO COMUM, BELCHIOR,
ONDE O BRASIL APRENDEU A LIBERDADE, MARTINHO DA VILA,
ORDEM E PROGRESSO, BETH CARVALHO.



TEXTO I

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

THAYS SANTOS CARVALHO

Educadora popular, Graduada em Direito na UEFS, Mestra em Direito pela USP, Pesquisadora, Fundadora da Escola Nacional Paulo Freire e Assessora da Unidade de Ensino e Pesquisa, integrante do Núcleo AgPopSUS da Agência de Apoio a Gestão Acadêmica do SUS (AgSUS).

A história como cantou a Estação Primeira de Mangueira, em 2019, é a “história que a História não conta”: do povo trabalhador, dos povos indígenas, dos negros e negras, da gente pobre que, com muito suor, construiu este país. Não pode ser natural que nós, o povo brasileiro, saibamos quem foi Pedro Álvares Cabral e não saibamos quem foi Antônio Conselheiro, ou saibamos quem foi Dom Pedro II e não saibamos quem foi Margarida Maria Alves. Certamente é possível listar dezenas de comparações desse tipo que revelam, no fim das contas, o esforço das classes dominantes em “apagar” parte da história e das lutas do povo brasileiro. Para conhecer nossa história temos de ir longe, séculos atrás, porque o Brasil de hoje não é fruto somente do presente. Carregamos as marcas de uma herança que advém de um modo pelo qual o Brasil se formou. Na escola, desde as séries iniciais, ouvimos por repetidas vezes que o Brasil foi “descoberto”, que o Brasil está como está por “culpa dos brasileiros”, que o “povo brasileiro é indisposto ao conflito” e por aí vai. Será que é isto mesmo? Vamos pensar juntas e juntos?

Para desenvolver o raciocínio e a discussão sobre o processo de formação, este material de estudo está didaticamente organizado em três tópicos:

1. A formação do povo brasileiro e a colonização do Brasil;
2. Capitalismo, racismo e patriarcado;
3. Construção de um projeto democrático e popular para o Brasil.





A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E A COLONIZAÇÃO DO BRASIL

“Brasil” nem sempre foi o nome desta nossa terra “Pindorama”, deste nosso país. Houve um momento na história em que éramos um território habitado por populações originárias. A chegada dos portugueses colocou em choque duas formações sociais: a dos colonizadores europeus e a dos povos indígenas originários.

O confronto não se resolveu com as tentativas de transferência dos distintos modos de vida trazidos pelos colonizadores nem de adoção do que era predominante entre os povos originários. O resultado desse processo foi um modo de produção gestado, no primeiro momento, por meio da violência e do genocídio dos povos indígenas originários e, na sequência, mediante a escravização dos negros africanos. Esse modo de produção se caracterizou pela: exploração da força de trabalho negra escravizada; exportação de bens primários (como a cana de açúcar, por exemplo) única e exclusivamente para Portugal; e pela organização da produção via latifúndio e monocultura.

A chegada dos portugueses às Américas não foi aleatória. Estava diretamente relacionada ao processo mundial de transformação baseado na transição do modo de produção feudal (baseado na posse da terra) para o modo de produção capitalista. Essa transição se chama “mercantilismo”. A adoção do capitalismo como modo de produção dominante, foi precedida, de um lado, por uma acumulação primitiva de capital gerada através de um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, o que separou o produtor direto dos meios de produção, não lhe restando outra alternativa senão a venda da sua força de trabalho. E, de outro, pela pilhagem e pela espoliação dos povos a partir da violência e da escravidão. Ou seja, a chegada dos portugueses às Américas, inclusive no Brasil, tem relação direta com a implantação do trabalho assalariado na Europa e as distintas formas de trabalho escravizado no que era chamado de “Novo Mundo” pelos europeus.

Para a escravidão se desenvolver numa escala nunca antes vista na história da humanidade, produziu-se uma ideologia, ainda hoje presente com outros contornos, justificadora da opressão e da exploração capitalista: a ideologia colonialista, que, no século XIX, esteve apoiada no racismo científico, cujos pilares fundamentais são:

- 1) A superioridade inata das raças arianas e louras (brancos) em relação às outras;
- 2) A legitimidade das nações europeias em civilizar os países “incivilizados”;
- 3) A criminologia determinista, que atribuía características negativas a pessoas que possuíam fenótipo (aparência) típico da população negra e indígena.





As classes e frações de classe que se forjaram na contradição ou no choque com esse projeto de colonização é o que se identifica como povo brasileiro: um povo novo, constituído a partir dessa contradição. Uma identidade que é, ao mesmo tempo, resultado da violência, da miscigenação forçada, compulsória e da resistência impressa nesse processo. Assim, a ideia de povo brasileiro não nega nem a diversidade e nem a divisão da sociedade em classes sociais.

Quais exemplos dessa resistência conhecemos? Do Quilombo de Palmares no Nordeste brasileiro, à Guerra Guaránítica no Sul do país, o povo brasileiro resistiu e resiste a todas as formas de opressão e exploração!



CAPITALISMO, RACISMO E PATRIARCADO NO BRASIL

A abolição da escravidão (1888), juntamente com a proclamação da República (1889) e a primeira Constituição (1891), são partes fundamentais da transição da formação social escravista para o capitalismo, no final do século XIX e início do século XX.

Esta nova forma de organização social – o capitalismo – desenvolveu-se sem romper com algumas estruturas de dominação durante o período colonial, como o latifúndio, por exemplo. Esta mudança não superou a dependência em relação aos países considerados, à época, centrais, mas a renovou ao inaugurar, no Brasil, um capitalismo de tipo dependente: no âmbito externo subordinado ao imperialismo e no plano interno, apoiado em profundas desigualdades sociais.

Assim, o sucessor do escravizado não foi o trabalhador negro livre, mas o trabalhador branco livre estrangeiro, o que significou que os negros adentraram à ordem social competitiva em condições desiguais em relação aos brancos. Quanto às mulheres negras, permaneceram na condição social, prioritariamente, de domésticas, com dois papéis: o de trabalhar e o de satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho – trabalho em famílias ou a prostituição como alternativa.

Cinco dados sobre o abismo racial na sociedade brasileira:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, a taxa de trabalhadoras(es) informais entre a população





- branca era de 32%; entre a população preta, de 43%; e entre a população parda, de 47%. Ao olhar o rendimento médio no período, a diferença é ainda maior. O das(os) trabalhadoras(es) brancas(os) foi quase o dobro de pretas(os) e pardas(os).
- Segundo o mesmo estudo, de todas(os) as(os) pretas(os) e pardas(os) brasileiras(os), cerca de 35% viviam com R\$ 486 (quatrocentos e oitenta e seis reais), praticamente o dobro da proporção de pessoas brancas na linha da pobreza. A diferença se repete entre as pessoas que vivem na extrema pobreza: pretas e pardas são, praticamente, o dobro das brancas.
- A população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% das pessoas com mais chances de serem vítimas de homicídios.
- 68,2% das pessoas privadas de liberdade no país são negras, segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023.
- Mulheres negras representam 62% das vítimas de feminicídio no Brasil, aponta a Anistia Internacional (2022).

Na sociedade brasileira, portanto, racismo não é “coisa do passado” e a “democracia racial” é um grande mito. Qualquer projeto de sociedade que, de fato, leve em consideração a história do Brasil terá o dever de lutar pela superação da herança escravocrata e racista enraizada em nosso país.

O patriarcado e a desigualdade de gênero

O patriarcado refere-se, historicamente, à implantação de uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Organiza-se a partir da propriedade privada, da divisão sexual do trabalho e do heterossexismo. Constitui uma forma específica das relações de gênero, desiguais e hierárquicas, presentes em todos os espaços sociais, impregnando a sociedade e o Estado e mobilizando a violência como forma de controle e disciplina. Ou seja, nada disso é “natural”, foi histórica e socialmente construído. E pode, portanto, ser **transformado!**

Atribui-se uma “identidade” feminina, propícia ao exercício da dominação masculina, como, por exemplo, a mulher como sexo frágil e, naturalmente, mais apta às atividades domésticas e de cuidado.

Com isso, afirmamos que há uma **divisão sexual do trabalho** que institui





o trabalho doméstico reprodutivo como de obrigação exclusivamente feminina. De um lado, as mulheres realizam um trabalho, que muitas vezes nem é reconhecido como trabalho, de forma não remunerada. De outro, cria-se uma situação concreta que permite o rebaixamento geral dos salários de toda a classe trabalhadora porque essas atividades que são fundamentais para renovação da força de trabalho (se alimentar, se vestir, se manter saudável etc.) e não entram na composição média do salário.

Além disso, a reafirmação e a reprodução das desigualdades em relação a mulheres e pessoas negras permite que o capitalismo diferencie os salários das(os) demais trabalhadoras(es), extraindo uma taxa maior de mais-valia, na medida em que paga salários menores para trabalhadoras(es) “iguais”. Não só isso, a discriminação secular ainda empurra pessoas negras e mulheres para atividades mais precarizadas que, no geral, pagam menores salários para tarefas feitas por mulheres, negras(os) ou LGBTQIAPN+. No caso das mulheres negras, há um rebaixamento ainda maior das condições de vida.

Ao observar historicamente as condições em que se desenvolveu o trabalho feminino no Brasil, percebe-se que cabia à mulher escravizada, além de uma função no sistema produtivo, um papel sexual: escravizadas africanas e indígenas foram submetidas a relações sexuais forçadas. Esta prática “naturalizou-se” no Brasil, deixando raízes na atualidade com a chamada “cultura do estupro”, confirmadora, dentre outros aspectos, do controle dos corpos e da sexualidade.

A violência patriarcal também carrega consigo um componente heterossexista que não pode ser invisibilizado. O heterossexismo opera a partir do controle do corpo das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+. Os estupros, torturas e assassinatos de mulheres e de LGBTQs praticados por homens heterossexuais representam a forma pelo qual o controle e a dominação é exercida.

Um elemento importante na discussão que estamos fazendo é o processo de “feminização” da força de trabalho assalariada no Brasil. Este ganha impulso somente a partir do final dos anos 1970, em sua maioria pela via do setor de serviços. Em países dependentes como o Brasil, vale lembrar, o setor de serviços vem acompanhado de implicações como a desqualificação, os salários baixos, a rotatividade elevada e a prevalência de mulheres. O traço da informalidade no mercado de trabalho brasileiro também opera fortemente sobre as mulheres trabalhadoras.





Além disso, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Cerqueira; Bueno, 2023), no Brasil, as limitações na produção de dados referentes à violência contra a população LGBTQIAPN+ constituem o principal desafio técnico à implementação de políticas públicas destinadas a este grupo. As transformações institucionais são bastante lentas e desiguais, seja no setor da Segurança Pública, seja no setor da Saúde.

São muitos os exemplos das mazelas do patriarcado. Vamos debater alguns deles?

Cinco dados sobre desigualdade de gênero no Brasil:

Segundo o IBGE, em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. As mulheres que se declararam pretas tinham a maior taxa de realização de afazeres domésticos (92,7%).

Em 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. O número representa mais de 10 mortes por dia e coloca as mulheres como um dos maiores grupos de vítimas de violência cotidiana no país. A edição 2023 do Relatório Atlas da Violência mostra que, enquanto a taxa de homicídios da população em geral apresenta queda, a de homicídios femininos cresceu 0,3%, de 2020 para 2021, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, (Cerqueira; Bueno, 2023).

O rendimento de uma mulher negra é, em média, 47% o de um homem branco, segundo o IBGE: R\$ 1.781 (mil setecentos e oitenta e um reais) ante R\$ 3.793 (três mil, setecentos e noventa e três reais).

Somente 17,9% das cadeiras da Câmara de Deputados são ocupadas por parlamentares do sexo feminino.

A Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 mostra ainda que 72,8% dos casos reportados pelas mulheres de violência física se deram em suas residências (a taxa é de 31,7% para os homens) e, em mais de 85% dos casos reportados como principal violência sofrida nos 12 meses anteriores à entrevista, o agressor era conhecido da vítima, ou como parceiro ou ex-parceiro, ou até mesmo um parente, amigo ou vizinho.

O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil denuncia que, durante o ano de 2022, ocorreram 273 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas mortes, 228 foram assassinatos, 30





suicídios e 15 por outras causas. O dossiê é produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, coordenado pela Acontece – Arte e Política LGBTI+, GGB – Grupo Gay da Bahia, ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

PARA APROFUNDAR O DEBATE SOBRE DESIGUALDADE DE GÊNERO

Os dados apresentados nesta seção evidenciam como as desigualdades de gênero atravessam diferentes dimensões da vida das mulheres no Brasil, como o trabalho de cuidado, a renda, a participação política, a saúde e as situações de violência. Para aprofundar essa compreensão, pode-se consultar o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), uma publicação que sistematiza e analisa informações oficiais sobre a realidade socioeconômica das mulheres brasileiras.

Produzido pelo Ministério das Mulheres, o RASEAM reúne indicadores de diversas bases públicas e se configura como um instrumento de apoio à formulação de políticas públicas, ao fortalecimento da participação e do controle social e aos processos formativos sobre igualdade de gênero. O relatório está disponível gratuitamente no site do Ministério das Mulheres.

TEM SAÍDA? CONSTRUIR UM PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA O BRASIL

Assim, respondemos: o Brasil tem saída. E esta saída é a construção de um Projeto Democrático e Popular para o Brasil, como inclusive prevê a PNEPS-SUS. Mas afinal, que projeto é este?

Assim, respondemos: o Brasil tem saída. E esta saída é a construção de um Projeto Democrático e Popular para o Brasil, como inclusive prevê a PNEPS-SUS. Mas afinal, que projeto é este?

O Projeto democrático e popular para o Brasil compreende um conjunto de medidas necessárias para que o país, de modo soberano, passe a pensar primeiramente em seu povo, nas suas necessidades, na sua sobrevivência, subordinando a lógica empresarial e do dinheiro que construiu o Brasil como Nação.





É um projeto em construção, porque é necessário que a sociedade seja chamada a refletir sobre o que ela quer da sua própria vida: que crie e trilhe um caminho para a sua execução; que estabeleça metas e construa as condições necessárias para isso. Ou seja, é uma tarefa coletiva!

O projeto democrático e popular só é viável porque existe o povo brasileiro, uma imensa massa humana que se considera unida por uma história, uma herança cultural, uma língua, um espaço geográfico, instituições políticas, problemas e potencialidades comuns. Reconhecendo claramente que está ligada pelo passado e pelo futuro, essa massa humana pode, de fato, se juntar e se colocar em movimento para atingir objetivos ousados.

Por tudo o que foi visto até aqui, parece justo que a sociedade tenha um projeto, ou seja, uma imagem do futuro que deseja construir e uma ideia do caminho que deve trilhar. Esse projeto deve ser popular, ou seja, conduzido pelos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura, cujo espaço preferencial de formulação e de ação política é o Brasil.

Mais ainda: o povo brasileiro – que se esforça, que se vira, que cultiva o chão, que constrói, que conserta, que busca trabalho país afora, que reaprende todos os dias a sobreviver, que insiste em estudar – o povo é quem conhece bem o Brasil. Tem consciência da força, do potencial e da viabilidade do país. É no povo que estão as reservas humanas mais importantes – de disposição para o trabalho e para enfrentar dificuldades, de solidariedade, de potencial criador, de autenticidade, de valores e de alegria.

O Projeto Popular pretende dar este passo, abrindo nova fase histórica. Para isso, a sociedade brasileira deve assumir consigo mesma **sete compromissos fundamentais**:

- (a) O compromisso com a **soberania**. Representa a determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, rompendo com a dependência externa e dando ao Brasil grau suficiente de autonomia decisória.
- (b) O compromisso com a **solidariedade**, concebida como um valor antagônico ao da competição do capitalismo, onde cada pessoa é impelida a aniquilar a outra: sustenta que a continuidade da construção nacional deve se dar em novas bases, a da **cooperação**, tendo em vista a tarefa de edificar uma sociedade justa e solidária. A reorganização das instituições e do esforço produtivo da sociedade deve ter





como prioridade eliminar a exclusão social e a chocante desigualdade na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura.

(c) O compromisso com o **desenvolvimento**. Expressa a decisão de pôr fim à miséria e as péssimas condições de vida do povo submetido a um processo de subdesenvolvimento, que impede a utilização plena de sua capacidade produtiva e da potencialidade da criatividade humana; é necessário se desenvolver para garantir uma vida de fartura a todo o povo brasileiro.

(d) O compromisso com a **sustentabilidade**. A defesa do meio-ambiente e a proteção da natureza devem estar no centro das preocupações, especialmente em um cenário mundial onde se está cada vez mais próximo de um colapso climático em que se agravam as catástrofes ambientais e, principalmente, em um momento no qual o Brasil avança aceleradamente na destruição dos seus ecossistemas, produzindo severas consequências para a população nos números de desmatamento.

(e) O compromisso com a **democracia**. Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas, de modo que a sociedade possa efetivamente controlar os centros de decisão e poder.

(f) O compromisso com o **feminismo**. Superar o patriarcado e construir uma ordem social de gênero com igualdade efetiva e que respeite a diversidade, sem divisão sexual do trabalho, violência, discriminação ou heteronormatividade compulsória.

(g) O compromisso com a **igualdade étnico-racial**. Superar o racismo e construir relações igualitárias, sem que as diferenças de cor da pele, raça ou etnia sejam um fator de discriminação, desigualdade, violências e hierarquias.

O que acham desses compromissos? Quais são as medidas para construir um **Projeto democrático e popular para o Brasil** em que todos e todas tenham vida digna e cidadã?



EIXO TEMÁTICO

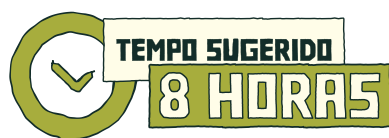
3

EIXO TEMÁTICO 3:

TERRITÓRIO, COMUNICAÇÃO, AMBIENTE E VIGILÂNCIA POPULAR

Objetivo geral: problematizar o conceito de território e o território da comunidade, as questões ambientais e as formas de abordagem por meio da vigilância popular e da comunicação.

SUBTEMA	OBJETIVO	CONTEÚDOS
O que já sabemos sobre o território?	Apresentar informações coletadas dos territórios;	- Conceito de território; - História do lugar; - Vigilância popular; - Ambiente.
Quais as situações de risco do território?	Identificar os pontos de risco do território;	- Vigilância ambiental popular; - Risco ambiental; - Territórios saudáveis e sustentáveis; - Comunicação popular.
Como podemos intervir nos problemas identificados?	Iniciar a organização de um Plano de Ação para o território.	- Plano de ação; - Organização comunitária e popular; - Comunicação em saúde e comunicação popular.



TEMPOS EDUCATIVOS	DURAÇÃO
Mística e Boas-Vindas	15 min
O que já sabemos sobre o tema	120 min
Sistematização do conhecimento	60 min
Orientações para o Tempo Comunidade	60 min
Avaliação	40 min
Mística final	10 min
Intervalos (manhã e tarde)	20 min para cada



PARA ATIVIDADES PLANEJADAS, O(A) EDUCADOR(A) VAI PRECISAR DOS SEGUINTE MATERIAIS:

- 1 caixa de som
- 1 mural de papel na parede
- 1 mapa da comunidade, assentamento, acampamento, quilombo etc.
- Jornais e revistas
- Cola
- Fita cola

PRIMEIRO MOMENTO: MÍSTICA E BOAS-VINDAS



Sugestão: todas as pessoas escutam, cantam e dançam a música “Canto das Três Raças”.

CANTO DAS TRÊS RAÇAS

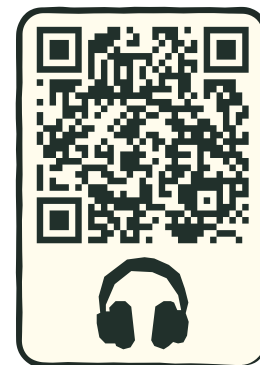
Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil

Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
Do Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou

Fora a luta dos inconfidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou

(Compositores: Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro)



E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor

E ecoa noite e dia
É ensurdecador
Ai, mas que agonia
O canto do trabalhador

Esse canto que devia
Ser um canto de alegria
Soa apenas como um soluçar
de dor





SEGUNDO MOMENTO: SISTEMATIZANDO AS INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE



Cada educando(a) ou grupo de educandas(os) de uma mesma comunidade deve apresentar a história do lugar. Este é o momento de mostrar as entrevistas que foram realizadas com pessoas da comunidade. É importante lembrar de dar destaque aos locais identificados como lugares de risco.

Depois, o(a) educador(a) vai encabeçar na turma a discussão sobre o que é uma situação de risco e o porquê cada um daqueles lugares é entendido como local de risco. O(a) educador(a) pode escrever, em tarjetas de papel, os nomes dos locais de risco e colocar no meio da roda, posicionando-os de forma que todas(os) as(os) educandas(os) consigam enxergar.

Após a discussão, o(a) educador(a) precisa localizar, no mapa construído no último encontro, os locais de risco e colar as tarjetas.

**PARA O(A)
EDUCADOR(A)**

Neste momento, é importante relacionar o conceito de “risco” com os de ambiente e vigilância, destacando que a vigilância popular também é uma função das(os) AgPopSUS.

TERCEIRO MOMENTO: MOMENTO DE LEITURA



**PARA O(A)
EDUCADOR(A)**

Lembrar de estimular a leitura coletiva, destacando a importância do texto para as(os) Agentes de Educação Popular em Saúde e as perguntas condutoras utilizadas no texto. Você pode utilizar a introdução do texto como base para a problematização com o grupo.



VIGIA, MEU POVO!

O(a) AgPopSUS é naturalmente um(a) vigia, um(a) vigilante. Alguém que está atento(a) aos problemas da comunidade e que se dispõe a tomar alguma iniciativa ou providência. A Vigilância Popular é um campo novo de conhecimento e ação na saúde, com várias experiências escritas e catalogadas pelo Brasil afora. Um livro recém lançado – o “Vigia, Povo!” – conta algumas dessas experiências nas quais você pode se espelhar para atuar na sua comunidade.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado. O link vai abrir rapidinho na sua tela e você terá acesso a materiais que ajudam a gente a entender melhor como cuidar do nosso lugar e da nossa saúde. Vale a pena conferir!

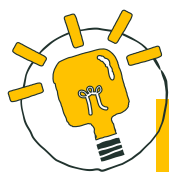


Para este terceiro momento, as(os) educandas(os) devem se dividir nos NBs, para ler em voz alta e discutir o texto “A vigilância como ferramenta para transformação social”. Cada pessoa do NB pode ler um parágrafo. Durante a leitura, o NB deve registrar os pontos polêmicos, as ideias e os questionamentos mais importantes.

Após a leitura, cada NB pode discutir o texto a partir de duas questões geradoras:

- O que é vigilância popular em saúde?**
- Tem alguma experiência de vigilância popular em saúde no território ou alguma situação que pode ter uma ação dessa natureza?**

Cada NB apresenta a definição e a experiência no grande grupo e o(a) educador(a) problematiza a partir das contribuições, reforçando o conceito, a relação da Vigilância em Saúde com a Vigilância Popular, quais possibilidades de atuação no território e corrige alguma coisa se necessário.



No SUS, trabalha-se com quatro tipos de vigilâncias: epidemiológica, sanitária, ambiental e do trabalhador. As vigilâncias são o SUS agindo em 100% da população brasileira.

A Vigilância Epidemiológica encarrega-se de receber e analisar as informações sobre as doenças. É ela que define se estamos em situação de epidemia e quais são as doenças endêmicas. É importante que o(a) agente saiba que pode informar quando ocorrem casos de doenças na sua comunidade, principalmente as doenças transmissíveis.

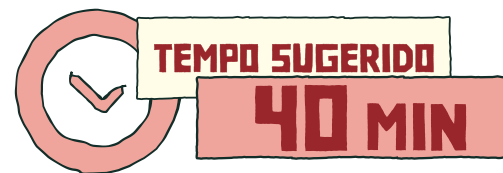


A Vigilância Sanitária ocupa-se de vigiar os produtos e serviços que têm relação com a saúde, incluindo os que produzem refeições, consultórios, hospitais, farmácias e as fábricas que produzem itens relacionados à saúde (cosméticos, medicamentos, produtos de limpeza e alimentos, por exemplo).

Já a Vigilância Ambiental cuida de todos os espaços onde há circulação humana, incluindo praças, casas, animais, etc.

A Vigilância da Saúde do Trabalhador fiscaliza e acompanha todos os ambientes de trabalho e suas condições de salubridade, bem como as doenças relacionadas ao trabalho.

QUARTO MOMENTO: A COMUNICAÇÃO NOS TERRITÓRIOS



Aqui, sugere-se uma dinâmica para movimentar a turma: “o telefone sem fio”.

Coloca-se a turma em fila, cada um(a) recebe a informação da(o) colega da frente e repassa ao ouvido da(o) colega de trás.

Para isso, a primeira pessoa da fila lê silenciosamente uma frase formulada pelo(a) educador(a).

O(a) educador(a) deve escrever uma frase com, pelo menos, **duas** linhas, falando sobre o tema que estamos trabalhando.

A primeira pessoa da fila passa a informação para a segunda, que passa para a terceira, e assim sucessivamente. A última da fila diz em voz alta o que entendeu e compara-se com a frase formulada inicialmente.

Esta dinâmica funcionará como uma provocação para discussão sobre a distorção da comunicação que passa de pessoa a pessoa, e como esse fato pode gerar notícias falsas (**fake news**).

Em seguida, propõe-se que cada NB escolha uma foto de sua comunidade. Se o NB incluir pessoas de várias comunidades, pode escolher mais de uma foto. Vamos propor a seguinte dinâmica:





SE A GENTE FOSSE ESCREVER UMA LEGENDA PARA ESSAS FOTOS, COMO SERIA?

Os NBs devem, então, escrever duas legendas diferentes para a mesma foto. A primeira deve destacar as potencialidades daquele território, e a outra deve colocar em evidência suas fragilidades ou problemas.

**PARA O(A)
EDUCADOR(A)**

Anote em tarjetas as fragilidades e problemas de cada comunidade, bem como as potencialidades e compare se são semelhantes nos diferentes lugares ou, até mesmo, na mesma comunidade. Também discuta a diferença e a potência da comunicação, que pode apresentar positivamente ou estereotipar a mesma comunidade de formas totalmente diferentes.

QUINTO MOMENTO: TERRITÓRIO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR EM SAÚDE



Neste momento, em vez de realizarmos uma leitura individual, faremos uma imersão audiovisual para discutir como a comunicação se torna uma ferramenta de cuidado e resistência nos territórios.

Sugestão de vídeo: “A Pandemia e o Território: projetos de comunicação comunitária em saúde” (Produção: Fiocruz/Canal Saúde, 2023).





O vídeo mostra experiências reais de comunicação popular — como o uso de podcasts, carros de som e campanhas digitais — para levar informação de confiança aos territórios.

Assistam ao vídeo. Após o vídeo, a(o) educadora(o) deve provocar o grupo com as seguintes questões:

A) No vídeo, vimos o uso de podcasts e redes sociais. Como essas ferramentas estão sendo usadas (ou poderiam ser usadas) no nosso território para falar de saúde?

B) Como a comunicação feita “pela comunidade para a comunidade” ajuda a vencer o medo e a desinformação?

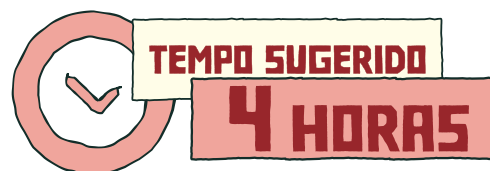
Atividade Prática: Dividam-se nos Núcleos de Base (NBs). Cada grupo deve escolher um tema urgente do território (ex: dengue, vacinação ou lixo) e criar o roteiro de uma “pílula de comunicação popular” (pode ser um áudio curto de 30 segundos para o WhatsApp ou a ideia de um cartaz criativo).

**PARA O(A)
EDUCADOR(A)**

Você pode convidar algum influenciador (*influencer, youtuber*) da comunidade para participar do debate. Podemos pensar em como formar digitais *influencers* populares.



SEXTO MOMENTO: TEMPO COMUNIDADE



A atividade de Tempo Comunidade será uma vivência.

A turma deve escolher um serviço de saúde do SUS para visitar. Ao chegar na unidade, é importante perceber: quem são as(os) profissionais de saúde? Quais são os serviços disponíveis? Quais os horários de atendimento? Há vacinas? Disponibilização de medicamentos? Há filas? Quantas pessoas estão na fila? Quem pode ser atendido na unidade? O que precisa para ser atendido? Qual a estrutura presente na unidade? Há grupos na unidade e quais?

Cada educando(a) pode fazer outras perguntas, bem como surgirão outras dúvidas durante a visita.

Vale lembrar de se apresentar às/aos profissionais de saúde e às/aos usuárias(os) que estão aguardando atendimento, enquanto Agente de Educação Popular em Saúde (AgPopSUS) em formação.

A **terceira parte do Plano de Ação** a ser desenvolvido pelas(os) educandas(os) será a descrição da Rede do SUS no seu território. Lembrando que a Rede, como tal, tem “nós” e “cordas de ligação”, de forma que o NÓ pode estar fora do território, numa unidade de saúde mais distante, mas possibilita que as ações do SUS cheguem ao território. Cada grupo responsável pelo seu Plano de Ação deve discutir se a Rede do SUS tem a ver com o problema principal escolhido antes. Também é hora de pensar mais ações para o plano e/ou rever a lista de problemas.

3ª SISTEMATIZAÇÃO: AS(OS) EDUCANDAS(OS) DEVEM SER INCENTIVADAS(OS) A CONTINUAREM A REGISTRAR NO CADERNO SUAS IMPRESSÕES SOBRE O CURSO, O QUE APRENDERAM, O QUE FICARAM DIFÍCIL, COMO FOI A VISITA ÀS UNIDADES DE SAÚDE. NA UNIDADE, CONSEGUIRAM FALAR COM PROFISSIONAIS? CONHECERAM AS AÇÕES DO SUS NO TERRITÓRIO? FORAM BEM RECEBIDAS(OS)?

É BOM COLOCAR UMA AVALIAÇÃO DAS VISITAS NO SEU CADERNO, ASSIM COMO A IDENTIFICAÇÃO DE OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE QUE VOCÊ OU SUA FAMÍLIA UTILIZAM.

SÉTIMO MOMENTO: AVALIAÇÃO DO MÓDULO

Pede-se para cada educanda(o) utilizar uma folha de papel em branco. Todas(os) devem lembrar de quando iniciaram o eixo. Como estavam? O que já sabiam?

A partir desta lembrança, desenhar ou escrever sobre o que aprenderam, como estão agora, se estão diferentes e o que faltou ou poderia melhorar.

Ler ou apresentar em grande roda suas produções e debater avaliando.

OITAVO MOMENTO: MÍSTICA FINAL

O/A educador(a) deve sugerir que um NB faça a leitura do poema “Quando pacientes perderem a paciência”, do poeta Lucas Bronzatto, e prepare uma mística para o momento.

QUANDO PACIENTES PERDEREM A PACIÊNCIA **(LUCAS BRONZATTO)**

Ninguém mais vai morrer na porta dos hospitais
Nenhum desrespeito será tolerado
Não existirão mais farmácias privadas nem planos nem seguros
pois será proibido pagar por saúde quando pacientes perderem a paciência

Leitos deixarão de ser propriedade de uns poucos
Na fila – única – classe, cor de pele, gênero, orientação sexual
não determinarão quem vive e quem morre
porque nenhuma pessoa, nenhum povo mais
será classificada pelo Estado como “matável”

quando pacientes perderem a paciência

O lucro não vai mais definir doenças
e ninguém mais vai engolir junto com os comprimidos
as péssimas condições de vida e trabalho
porque não haverá mais opressores e oprimidos
quando pacientes perderem a paciência

Acabará a exploração do trabalho e da natureza
e vírus nenhum se espalhará ou surgirá



por causa de jeitos doentios de se viver
já que a maior incubadora de tragédias
“naturais”
(o capitalismo) será destruída a marreta-
das
quando pacientes perderem a paciência

Não existirão propagandas de remédios
nem de alimentos
Será tamanha a clareza das pessoas so-
bre seu corpo
que a palavra prescrição será abolida do
dicionário
Todo e qualquer tratamento será decidido
em conjunto
quando pacientes perderem a paciência

Muitos intelectuais ficarão sem chão
ao verem que o problema central não era
de administração
que as grandes soluções não eram huma-
nização, formação,
avaliação, regulação, negociação
Ficará claro que o melhor dispositivo de
gestão é a revolução
quando os pacientes perderem a paciência
Além de palmas, profissionais receberão
respeito e condições e contratos dignos
de trabalho

Fundações, O.S., EBSEH, serão
apenas letras
e palavras indecifráveis de papéis
amarelados
no museu de nosso passado
precário
quando as pacientes perderem a
paciência

Não haverá mais abismos nem
hierarquias
nem gritos nem silêncios nem
prisões nem indiferenças
Os pacientes é que serão os
deuses
quando perderem a paciência

Quando pacientes perderem a
paciência
numa reunião qualquer do centro
comunitário do bairro
serão decididos os rumos da
ciência





A VIGILÂNCIA COMO FERRAMENTA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

FELIPE BAGATOLI SILVEIRA ARJONA

Graduação em Geografia (PUCRJ), Especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Doutor em Geografia (PUCRJ), Professor-pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

A Vigilância aplicada às questões de saúde é uma ação fundamental para o controle da situação de saúde da população. Quando há um aumento de pessoas com uma mesma doença em um mesmo território, é preciso investigar as possíveis causas, observar como as pessoas vivem e podem adoecer, verificar se os estabelecimentos de saúde tem condição para receber os acometidos pela doença, comunicar as melhores formas de prevenção, entre outras ações. Esta responsabilidade na saúde pública é da Vigilância em Saúde.

Compete ao Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras atribuições, a execução das ações de Vigilância em Saúde, conforme consta na Constituição Federal de 1988. As ações são organizadas nas três esferas do Estado brasileiro (Federal, Estadual e Municipal), e devem ser articuladas com as demais ações e serviços do SUS, para garantir a integralidade da atenção à saúde da população, ou seja, compreender o ser humano de forma integral, não apenas por sua doença, mas inserido em um contexto social. A construção do SUS com base no conceito ampliado de saúde é o grande legado das mobilizações populares por meio do movimento de reforma sanitária.

De acordo com a Política Nacional de Vigilância em Saúde, instituída em 2018 como documento orientador para as ações do Estado, a Vigilância em Saúde é definida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados





à saúde, visando ao planejamento e à implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças.

A Vigilância em Saúde é uma área que articula diversos saberes para organização das suas ações. Ela promove o diálogo transdisciplinar envolvendo áreas das ciências da saúde e das ciências humanas, através de campos científicos como a Epidemiologia, Geografia, Saúde Coletiva, Planejamento em Saúde, Engenharia, Biologia entre outras, que, articuladas, conseguem prover uma ação eficiente para o enfrentamento de problemas de saúde pública.

No escopo de suas ações, a Vigilância em Saúde compreende quatro grandes áreas de atuação: **1) Vigilância Epidemiológica:** ações de produção de informação para monitoramento da ocorrência de doenças em determinado tempo e espaço. As informações são produzidas através do diagnóstico individual, seja em consultas ou em laboratórios, sistematizadas para planejamento de ações como vacinação, isolamento e medidas educativas. **2) Vigilância em Saúde Ambiental:** ações de monitoramento de fatores ambientais que podem ocasionar riscos à saúde, como a qualidade da água, do ar, do solo, dos alimentos e, também, os riscos de desastres. Também desenvolvem ações para controle de vetores e de doenças como Dengue, Malária e Febre Amarela. **3) Vigilância Sanitária:** ações de inspeção e fiscalização para controle de qualidade de alimentos, medicamentos e produtos em geral que ocasionam risco à saúde, promovendo para além da notificação de estabelecimentos, a educação e orientação de como realizar boas práticas de manipulação destes produtos. **4) Vigilância em Saúde do Trabalhador:** ações que monitoram o risco à saúde em ambientes de trabalho, atuando para evitar doenças e acidentes resultantes da atividade de trabalho, além disso, promovendo a instrução para promoção de ambientes de trabalho mais seguros.

O Estado democrático é uma organização política baseada em constantes mudanças. As políticas de Estado são aprimoradas para atender com maior eficiência o bem estar da população de acordo com as necessidades sociais em cada momento. Parte da comunidade científica e trabalhadores da saúde apontam para a construção da Vigilância em Saúde de base territorial, alicerçada pelo trinômio Informação-decisão-ação, permitindo a construção de ações territorializadas, intersetoriais (participação de diversos setores do Estado) e com a participação popular. A Vigilância em Saúde de base territorial tem foco nas condições de vida e na situação de saúde de um território, e busca, a partir da premissa de diagnóstico local e do planejamento aberto à participação popular, organizar ações que sejam baseadas no contexto social de cada território, opondo-se a políticas verticais que desconsideram as realidades locais.

A sociedade se estrutura através de um modelo econômico que produz injustiças sociais. A concentração de poder e riquezas provocam, na maioria da população, a violação de direitos básicos. Com isso, movimentos populares, coletivos e grupos sociais se organizam para realização de ações de resistência em face dos grandes riscos à vida existentes nos diversos territórios. Estas ações,





quando o foco é o monitoramento e prevenção da saúde de coletividades realizadas com protagonismo popular, denominam-se também como Vigilância Popular em Saúde.

A Vigilância Popular em Saúde tem como premissa o protagonismo popular na realização das suas ações. Busca diálogo entre os diversos saberes, sejam eles oriundos de universidades, escolas ou centro de pesquisas, com os saberes ancestrais, comunitários, coletivos, locais, entre outros. Apropria-se de ferramentas da Vigilância em Saúde, transformando-as. Situa-se em contextos sociais onde o Estado não se faz eficiente na proteção da vida da população. Surge em comunidades no entorno de grandes empreendimentos, locais onde há extração de bens naturais, em áreas com poluição industrial, comunidades rurais próximas a grandes monoculturas de plantio, em favelas e periferias urbanas, entre outros contextos sociais onde há necessidade da população se mobilizar para garantir sua sobrevivência.

A Educação Popular é um importante conhecimento para o desenvolvimento das ações de Vigilância Popular em Saúde. Conceitos da teoria de Paulo Freire como “situação-limite” e “inédito-viável” são caminhos para a transformação da realidade, como é o objetivo da Vigilância Popular. A “situação-limite” são os problemas históricos de opressão e negação de direitos da população, e que são consideradas impossíveis de serem mudadas. É papel do processo educativo desenvolver um pensamento crítico que possibilita aos sujeitos a consciência de que é possível transformar sua realidade. A produção de diagnósticos como base da Vigilância em Saúde é uma ferramenta para alcançar a crítica à “situação-limite” de uma dada comunidade. É nesse sentido que torna-se necessário a construção de “inéditos-viáveis”, ou seja, dentro do processo pedagógico, desenvolver uma consciência de que um outro mundo é possível, no qual a organização popular é o anúncio por um futuro onde a vida seja um direito humano inegociável.

PARA SABER MAIS...

PARA SABER MAIS...

SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO: NOS CAMINHOS DA PEDAGOGIA DOS TERRITÓRIOS

ALEXANDRE PESSOA DIAS

Engenheiro civil, com ênfase em Engenharia Sanitária, Especialista em Saneamento e Controle Ambiental pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP/Fiocruz. Doutor em Medicina Tropical pelo Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz.

O que faz bem à saúde da sua comunidade no território onde você vive? O que faz mal à sua saúde e à comunidade?

Fazer essas perguntas é muito importante para entender como o ambiente onde a gente vive tem influência na nossa saúde e na nossa comunidade e permite uma relação de diálogo.

Dependendo das condições de vida, de trabalho, experiências diárias, organização comunitária, culturas, saberes e fazeres locais, as respostas vão ser diferentes, seja de pessoa para pessoa, seja ao longo da história dos territórios.

O processo saúde-doença-cuidado difere nos lugares e ao longo do tempo, de acordo com as classes e grupos sociais a que os sujeitos pertencem, devendo ser consideradas as grandes diferenças e especificidades dos modos de vida entre as populações das cidades, das periferias urbanas, do campo, da floresta e das águas.

O Brasil, de dimensões continentais, possui as riquezas de sua cartografia



social e de elevada biodiversidade, constituída pelos biomas da Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas. Os povos originários, os povos indígenas estabeleceram uma coevolução com os diversos ecossistemas, podendo ser considerados como as primeiras experiências de agroflorestas, que promovem o cultivo de alimentos e plantio de árvores, preservando as florestas, os solos e as águas. Entretanto, estamos diante de uma profunda crise ecológica decorrente das alterações da natureza, que se intensificaram a partir do desenvolvimento e da expansão do capitalismo, bem como das profundas mudanças das relações sociais, determinadas pelos conflitos entre capital-trabalho, com os processos de degradação e poluição ambiental gerados pela Revolução Industrial e Energética.

Vemos que a vida, o trabalho e a natureza viraram mercadorias. Há uma crise que é a de continuidade deste modelo de progresso e desenvolvimento que é predatório, e nos atinge de várias formas. O pior é ver que este modelo não visa diminuir as desigualdades e injustiças – pelo contrário, elas só aumentam.

Em termos de mobilização das populações do campo, da floresta e das águas, tem-se verificado uma capacidade de resistência, em diversas escalas diferentes, seja nas comunidades, na atuação em redes, em confluências regionais de movimentos sociais distintos, nas lutas pelos direitos à terra, à água e às políticas públicas de proteção social. Essa mobilização e capacidade de organização popular têm, cada vez mais, alcançado também a escala dos biomas, a exemplo da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado etc.

A água educa! Como a água é um componente central para a produção e reprodução da vida, em muitos territórios ela atua como tema gerador, ou seja, aglutinador e mobilizador em termos pedagógicos e políticos.

A insegurança hídrica decorrente das mudanças climáticas tem aumentado a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos de prolongamento das secas e do aumento das inundações no Brasil. Os eventos de onda de calor, por sua vez, têm ampliado o estresse hídrico, térmico e energético, com diversos impactos à saúde e às economias em nível local e nacional.

Nossos rios e bacias hidrográficas seguem sendo desmatados, poluídos, contaminados, assoreados, represados, sepultados em galerias subterrâneas e cada vez mais turbulentas, com as águas maltratadas, desperdiçadas, exportadas na forma de alimentos (**commodities**¹ agropecuárias).

¹Entende-se por *commodities* bens ou produtos que são intercambiáveis, ou seja, podem ser trocados por outros bens do mesmo tipo e valor. Apresentam preços estabelecidos em mercados financeiros internacionais e no comércio global. Geralmente, as *commodities* são matérias-primas ou produtos primários que podem ser produzidos em massa e vendidos sem diferenciação qualitativa entre os produtores. As *commodities* agropecuárias incluem itens como grãos, oleaginosas, carnes, laticínios, fibras naturais, entre outros.





O agro-hidronegócio e a mineração têm gerado graves impactos socioambientais no Brasil. É necessário e urgente, portanto, mudar o curso da relação humanidade-natureza.

Diante da insegurança hídrica no Brasil, os agentes de educação popular em saúde, em muitos lugares e momentos, poderão ser desafiadas(os) a participarem de mobilizações em defesa do direito humano à água-terra e da necessidade de articular as(os) moradoras(es) e agentes públicos existentes nas localidades.

A água que a sua comunidade bebe é boa? Por que? Essa é uma pergunta recorrente nos territórios do nosso país, que indica a importância de ampliarmos a comunicação em saúde por meio da vigilância em saúde, fortalecida pela comunicação que emerge dos territórios e de movimentos, como a vigilância popular em saúde.

A insegurança hídrica no Brasil tem relação com a insegurança alimentar, ou seja, quem tem sede tem fome, o que promove um círculo vicioso de agravamento das condições de vida e situação de saúde dos territórios. As populações do campo, da floresta e das águas compreendem uma diversidade de povos e comunidades tradicionais e de populações que são atingidas por grandes empreendimentos que produzem processos de desterritorialização, de pobreza, de doenças e agravos.

O país precisa de uma política de desmatamento zero e de restauração das áreas degradadas, enfrentando as ações criminosas de madeireiros, grileiros, garimpeiros e outros. Aliado ao fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica, à economia solidária e às tecnologias sociais, e com o manejo ecológico dos ecossistemas, pode-se recuperar a biodiversidade. Para isso, temos também de compartilhar saberes, conhecimentos e poder.

Ações como o reflorestamento, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a campanha “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir alimentos saudáveis”, iniciado em plena pandemia da Covid-19, caminham nesse sentido. “Plantar água e saúde”, proteger os bens comuns, de forma que se promova a segurança alimentar, a redução das desigualdades sociais, a geração de trabalho e renda e, fundamentalmente, do bem viver.

O trabalho de agentes públicos pode se tornar mais potente quando articulado às iniciativas populares, aos movimentos sociais e às organizações de trabalhadoras(es). A escuta e reconhecimento dos saberes destes e outros





grupos é fundamental para que a Atenção Primária à Saúde (APS) construa redes de cuidado integral nos territórios. Podemos destacar duas propostas básicas para disparar estes processos no território: a Vigilância da Saúde (VS) e a Estratégia Saúde da Família (ESF).

A APS e a VS possuem uma importante capilaridade pelo território nacional. Nesse sentido, é fundamental ter como estratégia da organização comunitária territorializada, ampliar a intersectorialidade e o trabalho coletivo entre a saúde pública com a rede de escolas públicas, com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com a Defesa Civil e os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (Nudecs), os comitês de bacias hidrográficas, associações de moradoras(es), sindicatos rurais e as diversas entidades que devem ser identificadas e mapeadas nos territórios que estejam em confluência com os princípios da educação popular em saúde e promovam o fortalecimento da democracia participativa, a organização popular e o controle social.

O trabalho educa e promove a interação entre os seres humanos, e entre nós e a natureza, sendo perpassado pelas tecnologias, mas o afeto, o agir (agente) com compromisso e solidariedade em defesa da vida é a base de toda a interação.



PARA SABER MAIS...

PARA SABER MAIS...

TERRITÓRIO, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

MAURÍCIO MONKEN

Graduação em Geografia (UERJ), Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.

EDILENE DE MENEZES PEREIRA

Graduação em Geografia, Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ) e Professora-Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Vamos agora conhecer as principais ideias sobre como organizar e potencializar a participação popular nas ações de saúde nos territórios. Conhecer como as pessoas vivem nos ajuda a pensar estratégias para enfrentar os problemas que, muitas vezes, têm origem nas condições de vida das populações.

O que estamos querendo dizer com isso?

Nos territórios onde as populações são mais vulnerabilizadas, as redes de solidariedade são uma forma de ação organizada pelas pessoas para realizar ajuda mútua. Quando associadas à comunicação popular, trazem o potencial da linguagem própria de cada território e toda a capacidade de ação das populações por meio de sua cultura local para mobilizar a participação social no enfrentamento de problemas e emergências de saúde.



QUAL O PAPEL DO TERRITÓRIO PARA ENFRENTAR OS PROBLEMAS DE SAÚDE?

O território nos “ensina” a melhor forma de agir localmente. Tem potencial para conhecer a história das comunidades e toda a riqueza de acontecimentos comuns entre elas, o que ajuda a dar identidade às populações por meio da confiança, do vínculo e da cumplicidade em suas ações cotidianas conjuntas. Esses aspectos são importantes para a participação popular!

Sua capacidade de entendimento da realidade oferece elementos para a formulação de caminhos para as políticas públicas, as quais, desde o processo de democratização da sociedade brasileira a partir dos anos 1980 e 1990, vem orientando a participação social em suas variadas expressões políticas: em conselhos, comitês, conferências, ouvidorias, audiências públicas, entre outras – e o relacionamento das instituições públicas com a população. É o que chamamos de controle social.

O território concretiza a prática dos movimentos sociais orientada pelos contextos de vida ao incorporar e gerar saberes das classes populares como forma de ação política e técnica, garantindo autonomia para definir seu destino em acordo com as condições de vida local. Ele também nos ajuda a descrever e entender as diversas formas de viver no planeta. Contribui para o conhecimento dos modos de vida das pessoas e grupos, sua cultura e tradições, saberes, ideias, sentimentos, projetos e interesses diversos que se materializam na disputa pela utilização e controle de espaços e recursos encontrados nos territórios da vida cotidiana, que orientam o entendimento do processo de se ter saúde ou de adoecimento das populações.

Ao falar de território também precisamos conhecer o que é poder, pois isso nos ajuda a entender o significado de território. A população, as empresas, o poder público, os movimentos sociais, as diversas organizações sociais, culturais, religiosas, dentre outras, possuem poder de ação e o exercem de acordo com seus planos e projetos e com suas capacidades de fazer com que eles se materializem no território.

Especialmente na saúde coletiva, o território contribui na operacionalização da participação social como um dos princípios do SUS, garantindo espaço à população no processo de formulação e controle das políticas públicas de saúde. Desde meados dos anos 2000 vem crescendo uma forma de atuação mais direta, a partir da inserção dos movimentos sociais nas práticas de saúde, executando ações por meio dos seus saberes e conhecimento do território, muitas vezes, intermediadas pelas organizações sociais e por redes comunitárias de solidariedade locais.





E AS REDES COMUNITÁRIAS DE SOLIDARIEDADE: COMO PODEM CONTRIBUIR PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR?

Por serem geradoras de relações cotidianas de reciprocidade e confiança entre os moradores de um território, as redes comunitárias de solidariedade abrem possibilidade de incluir a participação de pessoas e grupos, e estimulam a cidadania ao levar a população à participação ativa no planejamento e na execução de ações locais.

Estamos falando das redes construídas na família, na vizinhança e nas amizades e, até mesmo, as que são estabelecidas nas relações de compra e venda de mercadorias e serviços (manicure, pedreiro, dentre outras), escolas, igrejas, esportes, lazer, instituições científicas, associações civis, organizações não governamentais (ONGs), entre outras, criando iniciativas para a solidariedade local e participação popular.

As redes comunitárias, quando associadas aos recursos tecnológicos e digitais (celulares e computadores), constituem-se como estratégias de participação com base nos saberes populares que fortalecem os laços, os vínculos e as identidades locais, inclusive com outros territórios mais distantes, no enfrentamento dos problemas e na busca de suprir as necessidades locais, sendo fundamentais na mobilização da população e na busca ativa ao apoio social como uma estratégia de sobrevivência de populações em territórios vulnerabilizados.

IDENTIDADE SOCIAL E TERRITÓRIO: QUAL SUA IMPORTÂNCIA PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR?

As características sociais, culturais, ambientais e sanitárias que envolvem as identidades das pessoas com o seu território de vida e trabalho podem interferir nas práticas de saúde no território, principalmente naquelas que incorporam a população nas ações de saúde. A participação popular nas práticas de saúde é vital para ampliar a atuação comunitária e aproximá-las das equipes e dos serviços de saúde no controle e vigilância dos problemas de saúde, possibilitando a construção de formas de se comunicar e participar com base na identidade e pertencimento da população na vida social do território.

Mobilizar a população para a ação e o cuidado com seu território de vida significa conduzir pessoas a agirem em conjunto, o que implica criar maneiras de estabelecer relações de cooperação com o objetivo de efetivar a participação popular.





Por isso, a cultura local é tão importante, pois é o meio pelo qual as pessoas organizam e legitimam seu grupo na sociedade, através de seus conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes que as pessoas adquirem e desenvolvem junto aos territórios e contextos sociais ao longo da vida. São aspectos de grande importância que influenciam comportamentos, percepções, emoções, linguagem, religião, rituais, estrutura familiar, dieta, modo de vestir, imagem corporal, percepção de tempo e espaço e atitudes em face de doença, dor e outras formas de problemas que favorecem a mobilização, a emancipação e a participação popular.

O POTENCIAL DA COMUNICAÇÃO POPULAR NO TERRITÓRIO: O QUE PODEMOS DIZER SOBRE ISSO?

Os grupos culturais e seus meios de comunicação locais são fundamentais, pois têm a capacidade de compreender os saberes populares e tradicionais para estimular a produção e a disseminação de conteúdos relacionados aos territórios, seus problemas e potencialidades com o propósito de organizar ações participativas nas práticas de saúde.

Ação e a linguagem desses grupos, que muitas vezes são pouco visíveis, se articulam em rede ouvindo as “vozes dos territórios”. Possuem saberes que transformam relações, produzem literatura, dança, música e, até mesmo, economia alternativa. Tudo isso pode promover estratégias de participação social, potencializando ideias de cultura não hegemônica que reafirmam os territórios para o enfrentamento de problemas e necessidades locais.

**LEITURA
COMPLEMENTAR
DO EIXO 3:**



***Pacientes impacientes, Paulo Freire
(2007, p. 32 em diante).***



LISTA DE SIGLAS

AgPopSUS: Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares em Saúde.

AgSUS: Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde

ACS: Agente Comunitário de Saúde.

ANGICOS: Núcleo de Educação Popular, Cuidado e Participação na Saúde (Fiocruz Brasília).

ATPS: Analista Técnico de Políticas Sociais.

CEAAL: Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe.

CNS: Conselho Nacional de Saúde.

CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

DEGES: Departamento de Gestão da Educação na Saúde (vinculado à SGTES/Ministério da Saúde).

ENSP/Fiocruz: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz.



GEREB: Escola de Governo (Fiocruz Brasília).

GHC: Grupo Hospitalar Conceição.

ISC/UFBA: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outros.

MNRP: Movimento Nacional de População em Situação de Rua.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NB: Núcleo de Base (forma de organização dos educandos nas turmas durante o curso).

PNEPS-SUS: Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde.

RENAFRO: Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

RIDE: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

SE/MS: Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

SGTES: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

SNPS/DEP: Secretaria Nacional de Participação Social / Departamento de Educação Popular (Secretaria-Geral da Presidência da República).



REFERÊNCIAS

Introdução

O que é mística?

BARBOSA, L. C. As místicas do MST: aspectos formais, políticos e organizativos da construção estética do território. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 126 p. 2019.

BOGO, A. A Mística: parte da vida e da luta. In: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de Formação nº 38: “Método de trabalho de base e organização popular”. 2009. Disponível em <https://osirredentosblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/caderno-de-formac3a7c3a3o-m-c3a9todo-de-trabalho-de-base-15out09.pdf> . Acesso em 27 abr 2025.

PELOSO, R. A força que anima os militantes - a mística. Disponível em <https://mst.org.br/download/a-forca-que-anima-os-militantes-mistica/> . Acesso em 27 abr 2025.

Solidariedade ativa

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, A. E. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Ed. Clacso, p. 151-197, 2006. _____. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Dossiê: Sociedade e meio ambiente: olhar global, visões latinoamericanas - Org.: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe. Niterói, v. 9, n. 1, 2012.

Eixo temático 1

ROBERTO SESTARI JR. O Teatro Mágico Canção da Terra - clipe HD. **YouTube**, 7 maio 2013. Disponível em: <https://youtu.be/Eb-T7lz0k5M?si=CJTLmcD4hlsIk5Y2>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Eixo temático 2

EMCAILLEURS. Playlist “AgPopSus - Eixo 2 - Material complementar”. **YouTube**, [2024]. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLrzFLvfd2F-7VsF4WAMnWNOQcvR9o45ECN>. Acesso em: 26 abr. 2024.

LEONARDO FERNANDES. Mangueira 2019 Letra e Samba. **YouTube**, 1º dez. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fbeto2Xqj_l. Acesso em: 26 abr. 2024.

MELHORES MUSICAS GONZAGA MUSIC. A Vida do Viajante. **YouTube**, 4 mar. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2G2mDtQW-Qrk>. Acesso em: 26 abr. 2024.

A formação do povo brasileiro

[Aguardando IBGE, Anistia Internacional, ...]

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Eixo temático 3

CLARA NUNES - TEMA. Canto Das Três Raças. **YouTube**, 11 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9OBBkQxMtXs>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CARNEIRO, F. F.; DANTAS, V. L. A. (Org.). **Vigia, povo!** – um guia de vigilância popular em saúde. Eusébio, CE: Fiocruz Ceará; ABRASCO, 2023. (Protagonismo popular na defesa da vida). Disponível em: <https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Guia-de-Vigilancia-Popular-em-Saude.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Leitura complementar

FREIRE, P. Pacientes impacientes. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. p. 32-45. (Série B. Textos Básicos de Saúde)





